

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E NOVE:** =====

===== *Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e nove, pelas dezoito horas, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** – Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Votação da acta n.º 31;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Contrato-programa a celebrar com o Centro Infantil de Cesar, para apoio financeiro às obras de conclusão do Lar da Terceira Idade – Autorização;* =====

===== **Ponto quatro:** *Protocolos de Intenção de Parceria no âmbito do PRI – Programas de Respostas Integradas – celebrados com a Associação de Jovens Ecos Urbanos e Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira – Autorização/ Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), para a concretização do Tradicional Corso Carnavalesco e IV Edição Regional e II a Nível Nacional do Concurso de Música “Terras de La-Salette” 2009 – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Revogação do protocolo de delegação de competências celebrado com a Freguesia de Pindelo, para gestão do Canil Municipal na Serra do Pereiro;* =====

===== **Ponto oito:** *Protocolo de cedência de instalações celebrado com a Freguesia de Fajões (cedência de instalações para funcionamento da sede da Junta de Freguesia) – Autorização/ Ratificação;* =====

===== **Ponto nove:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com Maria Virgínia Martins Rocha Vieira Pinto e marido Luís Vieira Pinto – Autorização;* =====

===== **Ponto dez:** *Vias Estruturantes da Cidade – Troço da Rua Frei Caetano Brandão à Rua Soares de Basto – Troço 03 – Aquisição da parcela n.º 4 – Autorização;* =====

===== **Ponto onze:** *Proposta para adjudicação da prestação de serviço de recolha de RSU's do Município de Oliveira de Azeméis e limpeza urbana da cidade – Repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico – Autorização; =====*

===== **Ponto doze:** *Hotel Rural Mira Caima, Lda. – Concessão de benefícios fiscais e isenção de Taxas Municipais - Aprovação; =====*

===== **Ponto treze:** *Aprovação final do Regulamento da Organização e Concessão de Transportes Escolares do Município de Oliveira de Azeméis; =====*

===== **Ponto catorze:** *Proposta de colocação de sinal “Parque Autorizado” para cargas e descargas na Rua 1.º de Maio, desta cidade – Aprovação; =====*

===== **Ponto quinze:** *Proposta de colocação de sinal na Rua de Samil, freguesia de S. Roque – Aprovação; =====*

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de marcação de linha amarela, Zona Industrial, desta cidade – Aprovação; =====*

===== **Ponto dezassete:** *Proposta de sinalização na Rua Dr. José Alexandre S. Oliveira e Rua Mestre Guilherme, desta cidade – Aprovação; =====*

===== **Ponto dezoito:** *Relatório final da auditoria efectuada à empreitada “Abastecimento de Água e Rede de Esgotos de S. Roque/ Nogueira do Cravo - 1ª fase – Conhecimento e tomada de posição; =====*

===== **Ponto dezanove:** *Processo de obras n.º 2262/07 – PLASTAZE – Plásticos de Azeméis – Margem de acerto e rectificação; =====*

===== **Ponto vinte:** *Adequação de Área de Equipamento em Travanca (Processo de Obras n.º 418/08) – Margem de acerto e rectificação; =====*

===== **Ponto vinte e um:** *Análise e discussão da situação da Fundação La-Salette (requerimento apresentado pelo PS); =====*

===== **Ponto vinte e dois:** *Designação dos Membros que irão integrar no ano de 2009 a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Ratificação; =====*

===== **Ponto vinte e três:** *Acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Apreciação/ Conhecimento. =====*

===== ***Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal: ===***

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Isidro Marques Figueiredo, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, António Alberto Bastos, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo*

*Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago, Diamantino Melo de Almeida, António Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Ilídio Barbosa Lopes, Ilídio António Tavares Ferreira, António de Jesus Silva e André Lourenço Pinheiro Ribeiro.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Maria Helena Terra de Oliveira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Ana Maria Jesus da Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Bruno Armando Aragão Henriques, Agostinho Carmo Tavares, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Alberto Vieira Dias.* =====

===== **Do Partido Comunista Português (PCP):** *Óscar Fernando Soares de Oliveira.* =

===== **Independentes:** *Rodrigo Moreira da Silva e Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade do Senhor António Alberto Bastos, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária, em virtude da mesma ter solicitado a suspensão do mandato, por motivos de saúde.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa declarou:* =====

===== *Boa tarde, estamos em condições de dar início à Sessão da Assembleia Municipal Ordinária de 27 de Fevereiro. Chegou à Mesa um voto de louvor e um voto de pesar. Vamos dar início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor António Nobre, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, que interveio da seguinte forma:* =====

===== *Cordiais saudações para todos vós. Volto hoje a trazer a esta Assembleia o projecto de construção da A32/IC2 para Sul de Oliveira de Azeméis. Após a consulta pública no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental do projecto A32/IC2 para Sul de Oliveira de Azeméis por parte de todos os interessados, a A.P.A. (Agência Portuguesa do Ambiente) remeteu para a Secretaria de Estado das Obras Públicas a sua posição final sobre o estudo ambiental bastante aprofundado sobre os vários traçados que se encontram em apreciação. E desde já manifesto aqui a minha satisfação pelo nosso concelho falar a uma só*

voz na opção do traçado "ALTERNATIVA 5A". E é esse seguramente aquele que melhor defende os interesses do nosso Município. A Vila de Pinheiro da Bemposta será aquela que mais irá sofrer, se a freguesia mais rica em história do nosso concelho tiver uma vez mais de ser dividida ao meio, agora já não na horizontal, mas sim na vertical. Será um rude golpe com consequências verdadeiramente nefastas e preocupantes para o futuro do Pinheiro da Bemposta e para o bem-estar das suas gentes. E meus amigos, quer se queira, quer não se queira, quer não se goste, quer se goste, a Vila de Pinheiro da Bemposta só se desenvolverá e crescerá, não numa forma desordenada, mas de uma forma equilibrada, quando a actual ENI que atravessa de lés a lés a freguesia passar a ser uma via urbana. E a partir daí poder construir nas várias direcções edifícios com habitações, comércio e um sem número de serviços de grande utilidade e necessidade para a população. E assim Pinheiro da Bemposta crescerá e irá recuperar muito da sua importância e do seu valor que teve ao longo de muitos e muitos anos, já que foi das terras mais importantes dum passado já longínquo. Hoje congratulo-me porque as nossas sugestões, as nossas reclamações tiveram eco junto da A.P.A. (Agência Portuguesa do Ambiente), que através do seu estudo de Impacte Ambiental aponta como melhor traçado aquele que todos nós defendemos: a "ALTERNATIVA 5A". Falta a decisão política quanto à escolha definitiva do traçado da A32/IC2. E nós sabemos as grandes movimentações, direi mesmo as grandes pressões sobre o poder político para que se possa alterar este estado de coisas. Temos de estar bem atentos e eu confio plenamente nas capacidades do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos seus Colaboradores. Senhor Presidente da Câmara Municipal, perante esta situação e tendo nós conhecimento das várias demarches levadas a efeito pelo Município vizinho, gostaria de saber perante esta realidade que poderá tornar irreversível o futuro do Pinheiro da Bemposta, o que pretende fazer sobre esta luta, que não se adivinha nada fácil. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Ramos, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Eu começo por fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, que é a seguinte: vai ser construída a rotunda falada e prometida em Santo António? E se sim, para quando está previsto, se é que é uma previsão? O segundo ponto, que eu venho aqui falar, tem a ver com trânsito. Visto estarem implantadas a algum tempo as alterações que foram feitas ao trânsito em grande parte da cidade, eu pergunto se não seria a altura de fazer uma revisão geral a essas alterações para uma maior fluidez do trânsito em toda a cidade. Já agora vou falar de dois troços onde normalmente eu mais transito e melhor conheço, inclusive em horas de ponta da cidade, e coloco aqui sugestões se a Câmara entender que as deve aproveitar acho muito bem, que é um estudo para possível alteração do sentido de prioridade na descida do mercado municipal. Existe lá um sinal de prioridade para quem vem de Santo António, portanto, em sentido contrário existem três vias, como seja, por exemplo, a Rua António Pinto Carvalho, a rua que vem debaixo dos Bombeiros, a rua que passa ao lado dos Correios (Rua Eng.º Carlos Ribeiro), portanto são três vias que se juntam ali e são três vias que têm de estar ali a dar prioridade a uma via única, que vem de Santo António, e que inclusive essa mesma via que vem de Santo António tem ainda uma alternativa, que é cortar em Santo António e vir pelo lado do patronato. Esses ainda têm alternativa, em contrapartida estas três vias têm de estar ali à espera que o trânsito que vem de Santo António corte e venha para baixo. Para além disso o trânsito, continuando no sentido de Santo de António, já a seguir tem outra prioridade que é a Rua 16 de Maio. Estas três vias têm em pouco espaço de estrada dois sentidos de prioridade a que tem de respeitar e chega a altura de horas de pontas, em que faz fila, e inclusive na rua que sobe os

*correios estão ali muitas vezes as pessoas a fazerem ponto de embraiagem durante algum tempo. Na minha óptica seria uma boa solução alterarmos essa prioridade. A outra sugestão que eu tenho é a alteração da prioridade, portanto existem uns sinais de Stop na rua que corta em frente à Proleite, que vai no sentido da Zona Industrial, a rua que vai dar acesso ao troço recentemente inaugurado, Troço 03, que a partir de agora tem muito trânsito. Eu faço por lá a maior parte das viagens que tenho de fazer para a Zona Industrial e tem lá um sinal de Stop, quem vem da Rua Manuel José e tem outro sinal Stop no sentido contrário. Ora, eu penso que com o fecho da passagem de nível, essa rua deveria ter prioridade em relação à Rua Manuel José da Silva. Eu creio que seria uma forma do trânsito aí fluir com mais facilidade e, para além disso, visto que é a rua que nesse entroncamento tem mais trânsito. Eram estas as duas principais sugestões que eu tinha, claro que acho que deveria ser feita uma análise a todas as alterações que foram feitas, porque possivelmente poderão haver algumas situações neste género que poderão ser modificadas e poderemos melhorar o trânsito aqui na nossa cidade. ==*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra à Senhora Dra. Ana Neves, do PSD. =====*

*===== Boa tarde. Alegria, beleza, brilho, cor e criatividade marcou mais uma vez o Carnaval de Oliveira de Azeméis. Um desfile debaixo de múltiplos flashes das máquinas. Muitos foliões percorreram algumas artérias da cidade ao som de música brasileira e espalhando alegria e boa disposição a milhares de pessoas que assistiam à sua passagem e que não se cansaram de aplaudir. Cumprindo-se uma tradição cada vez mais enraizada nos festejos carnavalescos de Oliveira de Azeméis, a cidade viveu aquele que é, provavelmente, o dia mais animado do ano. Quero felicitar a FAMOA, organizadora deste evento bem como a todas as pessoas envolvidas no Carnaval. Por último, quero agradecer a todas as freguesias que participaram no Carnaval que vai ganhando, a cada ano que passa, “mais força” em Oliveira de Azeméis. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====*

*===== Boa tarde a todos. Infelizmente, os dados que trago aqui hoje não são, nem de longe nem de perto, aqueles que desejava que os Oliveirenses já usufríssem, mas sim a realidade nua e crua, resultado da gestão do PSD ao longo das últimas três décadas. A análise aos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística no seu anuário de 2008, revelam dados assustadores: dois em cada cinco oliveirenses não possui água canalizada, três em cada cinco não possui rede de saneamento e apenas as águas residuais de um em cada quatro Oliveirenses é devidamente tratada. É esta a herança que o PSD nos deixa, quando falamos de um dos indicadores de qualidade de vida mais importantes. Contudo, e como antevejo desde já que a resposta seja – já muito fizemos ao longo destes anos, eis que tenho aqui um gráfico comparativo da evolução 2004-2008 onde constatamos que no espaço de quatro anos, o equivalente a um mandato, crescemos 12,5% no que se refere ao sistema de abastecimento de água, mas no que concerne ao saneamento reduzimos 2,5% em termos de rede e aumentamos apenas uns míseros 3,5% de rede cujo destino é o tratamento numa qualquer ETAR. Comparativamente com a média nacional, é assustadora a diferença. O panorama é claramente desolador conforme podemos constatar no quadro seguinte – em água, 65% quando a média nacional é 91%; em rede de saneamento, 40% contra 76% de média e em tratamento 24% contra 70% da média nacional. Mas há mais dados que nos mostram que nesta matéria, os*

*Executivos PSD têm sido nefastos para os Oliveirenses e que urge mudar de rumo se queremos inverter a situação. Dos duzentos e setenta e oito Municípios analisados pelo I.N.E. num total de trezentos e oito, Oliveira Azeméis ocupa a posição 260.º no que concerne ao sistema público de abastecimento de água, o 238.º lugar referente ao sistema de drenagem de águas residuais e o 253.º lugar referente ao tratamento de águas residuais. Isto é o que temos à data de hoje, em 2009, e lamento muito informá-lo. Importa também referir, que a falta de capacidade política e de reivindicação do nosso Executivo PSD é patente na notícia recente de que a SIMRIA se prepara para investir vinte e quatro milhões de euros para chegar a novos concelhos, nomeadamente a Cantanhede, Oliveira do Bairro e Santa Maria da Feira enquanto Oliveira de Azeméis continua em lista de espera, fruto da incapacidade do Executivo Municipal que se preocupa mais em adquirir terrenos a preços avultadíssimos do que em intervir junto das entidades que possam ajudar a captar investimento para o nosso concelho. Com este suposto caminho certo, a qualidade de vida do nosso futuro colectivo estará irremediavelmente comprometida. Importa também referir que, em Julho de 2008, com pompa e circunstância num estabelecimento de restauração do nosso concelho, foi anunciada a concessão das redes de água e saneamento, sem que até ao momento seja do domínio público qualquer avanço nesta matéria. Segundo os dados antigos da própria Câmara Municipal, serão necessários mais de sessenta e cinco milhões de euros para cumprir com os objectivos de alcançar os 95% de rede de água e 90% de rede de saneamento até 2013. Com este Executivo e com este suposto caminho certo, o mais certo é que os Oliveirenses façam novas opções num curto prazo. Não queria deixar aqui de mostrar um exemplo claro da falta de condições de salubridade. Num conjunto habitacional propriedade do Município, mais concretamente no Bairro de Lações, continua o saneamento a correr a céu aberto, aliás é hoje notícia de um dos jornais, com a agravante de estarmos a entrar no período de calor, que propicia os maus cheiros. Com que legitimidade é que a Câmara Municipal quer obrigar os moradores ou senhorios a não deixarem o saneamento a correr na via pública, quando na sua qualidade de senhoria não faz as obras competentes para evitar este atentando ao ambiente? Senhor Presidente, o que vai fazer no curto prazo para evitar que estas situações se repitam e para que a Câmara Municipal tenha a legitimidade de punir também os infractores doutras matérias? Esta é uma situação que aqui já trouxemos no passado, trazemo-la hoje e não descansaremos enquanto não estiver resolvida, esta e outras, mas esta a Câmara Municipal tem que dar o exemplo, é um sítio que, felizmente, quando teve a visita do Senhor Presidente da República ao Lar Pinto de Carvalho teve alguns melhoramentos, se calhar o Senhor Presidente da República terá que vir cá outra vez para que estes moradores possam ter a situação resolvida de uma forma definitiva. Isto é que é “Azeméis é Ambiente”, mas infelizmente fiamos só pelo slogan. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*

*===== Queria saudar todos os presentes na sala e iria começar por responder à primeira questão colocada pelo Senhor Nobre. Eu não sou tão optimista como o Senhor Nobre. Claro que aponta e o estudo de impacto ambiental prova o troço A5, penso que estamos com um certo avanço relativamente aos outros concelhos, mas não podemos descansar e temos que continuar a lutar e continuar a interessar-nos, estar muito atentos, porque ainda na vinda do Senhor Primeiro-Ministro a Aveiro isto foi debatido, debatido por Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha. Cada um puxa a brasa à sua sardinha. Isto tem avanços e recuos normalmente e por isso vamos estar muito atentos. Vamos estar muito atentos porque nós temos bem presente na nossa memória o que se passou com a Estrada Regional 327, que fazia parte de um pacote, que era o pacote da Beira-Litoral, que foi retirado e neste momento nem se sabe se vai ser com perfil de*

*auto-estrada ou se vai de estrada regional e quando é que vai ser. Nos temos de estar muito atentos, vai haver uma reunião que está marcada para o dia 19 de Março com as Estradas de Portugal e iremos debater mais uma vez a tecla de que todos nós queremos, que a Assembleia toda quer, sei que é unânime, em que não será de deteriorar a EN1 em prol da A32. O que a Branca pretende é efectivamente danificar a EN1, atravessando no Pinheiro da Bemposta, antes de chegar ao Curval, atravessando para nascente e depois segue por nascente e inclusive vai passar às escolas do Curval. É isto que nós não queremos, porque a outra solução é melhor para nós e manter o perfil que está previsto e a nascente do Pinheiro da Bemposta. Relativamente à intervenção do Senhor José Ramos, eu tomei nota de algumas questões, mas eu gostava que depois formalizasse essas suas propostas porque o trânsito, como também outras coisas, evolui quase todos os dias: há vias novas; há alternativas melhores; há um estudo permanente a fazer. O Gabinete que temos vai trabalhando, mas as achegas de todos, umas melhores outras piores, vamos seleccioná-las e melhorar ainda mais a circulação de trânsito na nossa cidade. Há aqui uma questão que eu gostava de referir, efectivamente algumas das alterações feitas foram profundas, que muita gente não acreditava ser possível, mas há uma melhoria significativa. Não digo que está tudo bem, no trânsito da cidade. Isto eu ouço. Também fazemos os nossos contactos e ouvimos os nossos habitantes a falar nisso. Em relação à intervenção da Dra. Ana Neves, eu queria também aproveitar esta oportunidade para dar os parabéns aos Grupos e principalmente à FAMOA pela dinâmica que imprimiu e pelo cortejo que conseguiram realizar. Eu tenho impressão que Oliveira de Azeméis foi o cortejo que mais gente teve a ver, na cidade de Oliveira de Azeméis e arredores. Estiveram presentes em Oliveira de Azeméis uns milhares largos de Oliveirenses e também de outras terras, para ver o Carnaval de Oliveira de Azeméis. Relativamente à intervenção do Helder Simões, eu sei o que são estatísticas, mas não acredito nelas, aquelas de que falou eu não acredito nelas, porque eu arranjo outras diferentes e também de dados firmes da Câmara Municipal e também algumas estatísticas da Câmara Municipal e também estatísticas que são expostas ao público em vários locais. O problema da SIMRIA, nós estamos em negociações com a SIMRIA, só não estão concluídas por causa da Lactogal, connosco já está negociado, entre o Dr. Sérgio Lopes e a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis está tudo negociado, só falta negociar o problema da própria Proleite e penso que a Proleite não vai aderir ao sistema, porque em termos económicos para eles não dá grande vantagem, mas para nós é a nossa bacia que vai drenar a última ETAR que vai ser construída pela SIMRIA. Estamos atentos. Mais uma questão de que eu vos quero falar, nós estamos neste momento preparado o concurso para privatizar, para fazer o concurso da água e do saneamento, portanto recolha. Claro que nós mesmo assim fomos avançando e há aqui Juntas de Freguesia que sabem que mesmo assim nós não paramos e por isso mesmo se calhar o Instituto Nacional de Estatísticas não tem essas. Por exemplo, S. Tiago de Riba-Ul teve mais saneamento no ano passado e um troço grande, que ligou desde Cucujães a S. Tiago de Riba-Ul junto à ponte do rio. E construímos mais, por exemplo, onde falou e onde há essa carência perto do Lar Pinto de Carvalho, onde fizemos um troço e um troço bastante grande, por acaso não deve estar medido e ainda não chegou a Lisboa ao Instituto Nacional de Estatísticas, mas vamos medi-lo e enviar para lá e com certeza a percentagem vai aumentar. O problema que a população por vezes fala e com razão, é que nós quando desmanchamos as casas pré-fabricadas havia um esgoto naquela zona e havia esgoto que não devia passar por ali e nós mesmo assim, que fizemos a ligação a partir do Lar Pinto de Carvalho, preocupamo-nos com o esgoto que existe na parte das casas pré-fabricadas, mas há ali esgoto que de uma vez desaparece e depois aparece, porque é esgoto ligado clandestinamente. Nós vamos resolver isto e já temos um projecto neste momento para lançar, só não quisemos lançar já por questões de tempo do concurso que vamos fazer e que vai ser lançado, muito brevemente. =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====

===== Muito boa tarde. Antes da minha intervenção eu penso que todos os Oliveirenses que estão aqui presentes são suficientemente atentos para perceber que os dados que foram apresentados, alguma coisa tem que estar mal, porque crescimento negativo na rede de abastecimento de água. Não sei de nenhuma demolição na cidade, seja o que for, é fácil de perceber que no crescimento negativo alguma coisa deve estar mal. Disponibilidade de água da companhia é uma coisa, utilizadores de água da companhia é outra. Quem fez os Censos de 2001 tem o perfeito conhecimento de que os números que transparecem pelo INE não são necessariamente os verdadeiros. Existem condicionantes que é importante esclarecer os Oliveirenses e não se pode vir para aqui tentar atirar o barro para os olhos para tapar os olhos a quem está a ouvir e a ver para que estas inverdades passem como verdades. Foi com agrado que no dia 16 de Fevereiro, por acaso foi ao site da Câmara, vi um aviso de que o trânsito em Santo António iria estar fechado durante cinco dias, penso eu. Felizmente esses trabalhos foram iniciados, estão em fase de conclusão, hoje passei em Santo António e vi que ainda andam a fazer marcações, sinalização horizontal. O meu colega José Ramos fez a pergunta em relação à rotunda, eu não faço em relação à rotunda, mas fiquei preocupado hoje ao passar, porque vi que está esboçado no pavimento determinado tipo de marcação que se for para continuar os semáforos a não funcionar, aquela proposta que está marcada no pavimento não funciona efectivamente. Alguma coisa é preciso fazer, o quê não sei. Quem vem do lado do hospital com aquela marcação que lá está no chão não vai conseguir entrar na estrada se os semáforos não estiverem a funcionar. Com rotunda ou sem rotunda é preciso fazermos alguma coisa. Na Rua Manuel Alves Soares, também foi com agrado que vi melhorado o seu pavimento, mas no encontro com a Rua Dr. Artur Correia Barbosa, aquilo ficou bastante mal, na minha opinião. O nivelamento entre uma rua e a outra está deficiente, quem lá passa, passa melhor do que passava, porque existia uma depressão lá naquele sítio, mas acho que podia estar muito melhor e ao terem feito o trabalho podiam-no ter feito com mais alguma atenção. Senhor Presidente, o tempo está bom, o alcatrão chegou à nossa cidade, eu espero que muito mais seja colocado nas ruas da nossa cidade. Também chamo a atenção e gostaria de ver melhorado o tratamento dessa rua, a Rua Bento Landureza, a consolidação das bermas, a repavimentação da plataforma dessa rua e a condução das águas pluviais para que não aconteçam outros acidentes como tem acontecido nas construções que estão nas suas imediações. Ainda nessa zona, na Rua Mestre Guilherme, vi ontem ser pintada uma passadeira, ou melhor ser repintada uma passadeira, mas fiquei preocupado porque ela foi novamente pintada mas ela está a dar para um jardim, ou seja, não está a dar para um passeio e quem utilizar essa passadeira vai ter que entrar num canteiro que além de ter plantas, e muito bem, tem também uma grande placa de sinalização que faz a identificação de algumas empresa da nossa zona industrial e que está a tirar a viabilidade para quem entra nos cruzamentos. É urgente que se faça algo nesse sentido. Para terminar, eu que vivo na Escravilheira e porque não tenho outras alternativas tenho que circular muito por Macinhata, das duas, uma: ou desço a rampa do mercado e faço a avenida toda para ir para a Escravilheira, ou então de facto tenho que ir por Macinhata. Quem vem da 224, quem vem do lado de Ossela, só tem uma alternativa que é ir ao Tribunal e fazer a cidade para um lado ou para o outro. Tal como o José Ramos disse, é necessário sentarmo-nos, eu já aqui disse que estaria disponível para colaborar se achassem que era oportuno. É necessário rever algumas situações. Quem vem da zona escolar da Bento Carqueja e do lado da D. Maria, era útil, e penso que não era caro e não era difícil, a Câmara Municipal começar a fazer a ligação entre a rotunda junto ao Intermarché para as Aldas, porque se isso acontecesse muita gente iria utilizar

*esse percurso como alternativo para atravessar para a zona da Urtiga e da Escravilheira. Espero que a Câmara presenteie os Oliveirenses com mais obras e melhores, se possível como o que já foi iniciado em Santo António e na Rua Manuel Alves Soares, para que não andemos todos tristes com os nossos carritos todos estragados. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Joaquim Jorge, do PS, que disse: =====*

*===== As minhas saudações a todos os presentes. Senhor Presidente, afinal Azeméis também é estatística e se V. Exa. tem números que são distintivos daqueles que foram apresentados, queira fazer o favor de nos facultar esses números, para que nós avaliemos as discrepâncias existentes. Em relação ao que disse o meu colega o Arqt.º Jorge Rosa, a pavimentação na cidade, esperamos que essa pavimentação também se estenda a todas as freguesias, porque é igualmente importante termos todas as freguesias dotadas de uma rede viária capaz. Eu vou pedir antecipadamente desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque apesar de não achar correcto comentar afirmações proferidas por um elemento do Público na última Assembleia Municipal, no período destinado ao público, apesar de achar que não é correcto fazê-lo, eu julgo que uma acusação de falta de cultura democrática merece uma resposta. É evidente que o Município que interveio tem todo o direito de o fazer, tem todo o direito de dizer o que pensa e sobre isso eu não tenho rigorosamente nenhuma dúvida, mas também tenho a certeza de que poderia passar aqui o resto do dia a tentar-lhe explicar o que é a cultura democrática do Partido Socialista de Oliveira de Azeméis, que certamente não entenderia. Agora, o que eu acho que vale a pena comentar, foi precisamente uma intervenção feita por um Vereador, que infelizmente não está cá hoje, aproveitando o período do Público para se referir a um colega de profissão e a um colega de Assembleia Municipal em termos que são, na minha opinião, ofensivos não só do ponto de vista pessoal mas sobretudo do ponto de vista institucional. Dizer de um colega que não se lhe reconhece, não sei se os termos foram estes mas andou muito perto disto, “categoria profissional” e “categoria política” é na minha opinião absolutamente lamentável. Estamos a falar de um Vereador que na matéria que esteve em apreço na última Assembleia, participou numa reunião camarária onde votou ilegalmente uma decisão quando não o devia ter feito; um Vereador que se desculpou dizendo que não se tinha apercebido que a sua esposa, advogada, representava uma das partes interessadas. Acreditando que o Vereador assinou sem ler, estamos perante um acto de tremenda irresponsabilidade. Agora eu gostaria de dizer, de uma forma muito breve, aquilo que é a cultura democrática do Partido Socialista de Oliveira de Azeméis. E a cultura democrática do Partido Socialista de Oliveira de Azeméis é uma cultura democrática que não permite, ou não permitiria que uma Assembleia Municipal tivesse aquele rumo, aquela condução. É um tipo de cultura democrática que não permite que se chame aos nossos adversários políticos “gajos do piorio que importa arrebentar”. É um tipo de cultura democrática que impede que se classifique um assunto sério, como o assunto tratado na última Assembleia Municipal, onde estava em causa um negócio ruinoso para o Município de Oliveira de Azeméis, e essa Assembleia ter sido classificada de “chicana política”. Estamos a falar de um Líder de Oposição que não apresenta durante quatro anos, ou durante três anos e meio, uma única proposta nesta Assembleia, não é mais do que uma caixa de ressonância da autarquia, transforma maus orçamentos em novos modelos de desenvolvimento económico e transforma ausência de investimento em obras faraónicas, recorrendo não raras vezes à argumentação de que a Oposição tudo critica para desviar a atenção da discussão dos assuntos sérios. Eu gostaria de dizer que é com imenso orgulho que trabalho com este conjunto de pessoas que aqui estão, trabalho com elementos do*

*Partido Socialista, elementos do PSD e dos restantes Partidos, é com imenso orgulho que o faço e tudo faremos, da parte da Bancada do Partido Socialista, que a cultura democrática seja uma questão supra-partidária. Agora nós não damos, e obviamente também não aceitamos, é lições de ninguém sobre cultura democrática. Em relação às questões que me trazem aqui, eu peço desculpa por estes breves esclarecimentos, eu gostaria de abordar de uma forma muito sintética duas questões. Uma delas, prende-se com o PDM e o Plano de Urbanização e vou ser simpático e vou-me restringir ao último mandato. Eu gostaria que me explicasse como é que é possível que ordenamento do território de um Município é feito sem estes instrumentos? Eu gostaria de saber como é que o Senhor Presidente perspectiva um concelho ordenado, devidamente organizado sem estes importantes instrumentos? Estamos numa altura de profunda crise, lamentavelmente para todos nós, mas se tivéssemos o ritmo de construção dos tempos passados, estes documentos quando fossem apresentados ou implementados no terreno estariam a trabalhar sobre uma base completamente desactualizada porque entretanto a realidade seria certamente outra por causa do volume de construção. Uma outra questão que eu lhe queria colocar, passaram-se quase quatro anos sem que uma única zona industrial nascesse no concelho de Oliveira de Azeméis e sem que as existentes fossem também requalificadas e estão a precisar disso. Eu pergunto, Senhor Presidente, se não será a altura de pensar seriamente num Plano de Desenvolvimento Industrial para o nosso concelho? Por não existirem zonas industriais têm aparecido primeiro as empresas, depois os aglomerados de empresas e as zonas industriais não aparecem. Por não existirem zonas industriais, nós somos frequentemente confrontados nesta Assembleia, e o Executivo também naturalmente, com margens e de acerto que desvirtuam a realidade das nossas manchas, das nossas reservas. Por não existirem zonas industriais temos a Lactogal vizinha, a paredes meias, com um centro comercial. E, portanto, eu julgo que por não termos zonas industriais também temos problemas de desemprego que são uma realidade nacional e internacional, mas que poderiam ser minoradas se houvessem zonas industriais devidamente infra-estruturadas para acolher empresas. O que eu lhe queria perguntar, Senhor Presidente, é se acha que está na altura ou não de avançarmos com um plano seríssimo de desenvolvimento industrial? Se acha ou não que está na altura de ouvirmos os nossos empresários, de ouvir as suas propostas, de ouvir os seus conselhos, sobre a forma como devemos fazer, sobre a forma como devemos transformar profundamente a realidade industrial do nosso concelho? Muito obrigado pela vossa atenção. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====*

*===== Boa tarde. A Bancada do PSD lamenta o já anunciado e prestes a ser concretizado fecho das Reparções de Finanças de Nogueira do Cravo e Cucujães. Ao que se sabe, no dia 01 de Abril já não funcionarão nos locais habituais, mas sim no edifício Rainha. Aqui no centro da cidade ficará reunida toda a informação fiscal de todos os Municípios Oliveirenses. Julgamos saber que os serviços não serão melhores do que eram, pois todo o equipamento será deslocalizado para o Rainha, equipamento esse que já tem muitos anos e que poderia e deveria ser substituído, fazendo face aos novos desafios da centralidade. Com mais este encerramento vemos que já não há serviços de proximidade mas sim de centralidade. Será que com o passar do tempo não teremos que nos deslocar ao Porto ou a Aveiro para usufruirmos de um serviço público? Esperamos que não, pois não é esse tipo de políticas que a população quer, nem são essas as suas necessidades. Mais uma vez friso, o nosso lamento por estas políticas centralizadoras. =====*

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Muito boa tarde. Relativamente a esta minha intervenção, vou cingi-la só para esclarecer uma situação que ocorreu na última Assembleia, também ao abrigo do PAOD, e na qual me vou dirigir também ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, no sentido de mais uma vez, e com algum incómodo da sua parte presumo, falar aqui na acção social. Na altura eu fiz uma intervenção que julguei que seria pacífica, dizendo e enaltecendo todo o trabalho desenvolvido pelos Vereadores, no sentido de apresentação de propostas que acho que até que no seguimento de tal proposta a Câmara Municipal entendeu, e bem, recuar. E fi-lo numa perspectiva absolutamente pedagógica e numa perspectiva construtiva. Tal foi o meu espanto quando em resposta o Senhor Vice-Presidente da Câmara ficou alarmado comigo, inclusivamente disse que eu estava a ser inverdadeiro e que essa situação da acção social estaria deturpada à partida, porque os Membros da Câmara do PSD tudo fizeram no sentido de repor a situação. Cumpr-me não só esclarecer esta situação, mas também vir nalguma defesa, embora não tivesse sido mandatado para o efeito, do trabalho do Executivo Camarário da parte da Vereação Socialista fez. E então, para nós não alongarmos este interminável diálogo que se pode estabelecer, eu vou aqui limitar-me a não comentar e limitar-me a elencar factos para que esta Assembleia possa de alguma forma, ficando registado em acta, completamente esclarecida sobre esta questão. E, portanto, eu não vou fazer nenhuma apreciação qualitativa, deixo ao critério de todos aqueles que me estão a ouvir, e vou fazer uma apreciação apenas e só factual. No dia 09 de Setembro, em reunião da Câmara Municipal, o Senhor Prof. Albino fez a sua exposição e nessa reunião a Dra. Madalena Gomes questionou o seguinte, vou passar a ler: “se o aluno que não tivesse na altura da matrícula efectuado o pedido de subsídio, poderia agora mediante esta deliberação candidatar-se aos apoios, ao que o Dr. Albino Martins disse que existindo normas e prazos para entrega das candidaturas, que têm vindo a ser respeitados todos os anos, não devíamos este ano abrir precedentes”. A questão ficou exactamente encerrada assim. Posteriormente, e na sequência disto, houve um Vereador do Partido Socialista que foi confrontado com uma situação, com um ofício da Câmara Municipal a dar resposta a uma queixa de uma encarregada de educação, que através de um ofício lhe nega a atribuição de um subsídio com o argumento de que este ano não se poderia aplicar a análise das novas candidaturas. Este ofício, o Prof. Albino Martins, saberá quem o assinou naturalmente, e com base neste ofício a Vereação Socialista propôs uma alteração desta situação. Exactamente isto que eu disse na última Assembleia. Na reunião de 21 de Outubro, foi feita uma inclusão ao ponto da Ordem de Trabalhos, e aí sim a Vereação do PSD ao ver aquela situação e ao ver a proposta apresentada pela Vereação Socialista, incluiu um ponto anterior à Ordem de Trabalhos, ou seja, a inclusão do ponto da Ordem de Trabalhos foi feito anteriormente e o que aconteceu foi muito naturalmente a Vereação do Partido Socialista aprovou e logicamente a situação foi aprovada. O que eu quero dizer muito simplesmente, isto não é obviamente nenhum caso, nem quero fazer disto um caso, o que a minha intervenção na última Assembleia Ordinária era no sentido de alguma forma enaltecer e no seguimento de várias intervenções que foram feitas, de que de facto a Vereação e a postura do Partido Socialista era uma postura derrotista e de terra queimada, era no fundo dizer que a Vereação Socialista, citando este exemplo e outros, que a Vereação Socialista é uma Vereação construtiva, de apoio e atenta às necessidades locais. Era só este reparo que eu queria fazer, mais nada eu quero pretender, nem alimentar uma polémica que eu desde já considero inútil, mas senti-me no dever de vir aqui repor a verdade. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Eu não vou responder a tudo, porque o José Ramos fez uma extensa apresentação sobre a parte da sinalização, eu quero desde já manifestar os meus agradecimentos pela forma como apresentou os seus pontos de vista, isso é ajudar e é inclusive finalizar com uma oferta do seu conhecimento e do seu saber que nós iremos com certeza aproveitar. Claro que há questões a nível de trânsito e de sinalização, a cidade não é assim tão pequenina como alguns julgam, a cidade é grande e tem aumentado. Por isso mesmo, o problema da sinalização tem que ser algo dinâmico, não podemos estar a pensar que resolvermos o problema da sinalização de meio em meio ano, ou de ano a ano, ou de mandato a mandato, temos que criar um Gabinete próprio, com dinâmica e com capacidade e com certeza que lhe irei bater à porta para nos dar uma ajuda, que vamos precisar de imediato para continuar o trabalho que já se fez, porque o Vereador do Pelouro também tem as obras particulares e está bastante ocupado. É preciso alguém especializado na matéria, que possa dar uma ajuda e conseguirmos mais rapidamente melhorar o trânsito dentro da nossa cidade. Relativamente à questão da rotunda, é uma preocupação que também temos e já está elencada como problema, que nós precisamos de resolver e arranjar soluções técnicas, embora difíceis, mas nem que tenhamos de recorrer a alguém da especialidade para nos dar uma ajuda. Relativamente à intervenção do Eng.º Joaquim Jorge, eu registei aqui. A exigência que me colocou, que acho que é uma exigência que também não lhe ficará muito bem, que até ao final da próxima semana eu tenho de lhe dar uma resposta. Eu até posso estar doente amanhã e ando adoentado, eu tenho de ter alguma defesa e, portanto, dentro do possível eu irei dar-lhe os números que pediu. Não entro em pormenor relativamente às questões da intervenção do meu colega, mas ele com certeza irá ter a oportunidade de ler depois a acta e ler tudo e também se defender. Relativamente ao PDM, o PDM é o que está em vigor, embora estejamos a trabalhar na Revisão do PDM. O PDM tem várias etapas e inclusive a legislação mudou em algumas matérias, principalmente na conferência de serviços que inclusivamente isso agora é da competência da Câmara Municipal, embora a CCDR também deu o seu parecer sem ser um parecer vinculativo. Neste momento está em discussão pública e depois irá à reunião de Câmara e aqui à Assembleia, o PU e o PDM, que é o que já está na calha. Mas temos neste momento três Planos de Pormenor de Zonas Industriais em discussão pública: o de Loureiro, S. Roque e Nogueira/ Pindelo. São peças que entendemos, tal como o Senhor, que são fundamentais para dar respostas positivas aos nossos empresários e também nós podermos melhorar cada vez mais e atrair investimento para o nosso concelho. Relativamente à intervenção do Filipe Carvalho, isto para mim, como Presidente da Câmara, não caiu assim com grande surpresa, porque já estava anunciado há muito tempo, houve uma certa resistência das próprias Câmaras e das próprias Juntas de Freguesias, mas isto é o culminar. Mas há aqui uma questão que também não podemos dizer que é tudo mau, porque eu também sei analisar as coisas com seriedade, hoje também existem meios que podem estar a mais distância e prestar o mesmo serviço à população, hoje existem meios técnicos que podem dar resposta à população sem estar ali na freguesia, portanto temos que evoluir também nesse aspecto. Relativamente também à intervenção do Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, eu pedia ao Prof. Albino se dava uma resposta, porque está directamente ligado àquilo que ele disse.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para dar resposta às questões colocadas pelo Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira.* =====

===== *Boa tarde para todos. Senhor Presidente, se me desse licença eu rebobinava aqui uma outra questão que penso que não foi devidamente esclarecida ou pelo menos fiquei com essa impressão, posta pelo Helder Simões sobre o saneamento e eu gostava que isso ficasse muito claro, porque é muito fácil atirar pedras e se nós não nos soubermos defender delas quando temos razão ficamos com as pedradas. É verdade que disseram e dizem, os jornais e os pasquins, mais estes últimos que os primeiros, colocam lá o que lhes dizem e muitas vezes sem averiguar. O que se passa aqui em relação ao saneamento de Lações, eu queria dizer que não é preciso o Senhor Presidente da República vir cá para ver e para aquilo melhorar, eu acho que basta o Helder Simões ir hoje mesmo lá ver e ver que houve intervenção efectiva depois de todos aqueles problemas que surgiram há um ou dois anos atrás. Houve uma intervenção de fundo, que se calhar não foi bem vincada, uma obra muito grande que foi ligar toda aquela zona ao emissário que leva efectivamente à ETAR. O que é que acontece, o Senhor Presidente explicou, é que há efectivamente uma rede de águas pluviais que indevidamente tem algumas ligações mais ou menos clandestinas que urge resolver. E essas, as próprias pessoas que estão a reclamar, se calhar são essas as primeiras que têm que fazer obras para corrigir a situação. É claro que a Câmara terá que corrigir algumas caixas, etc., mas existe saneamento efectivo, existem águas pluviais e águas residuais separadas e até se fez mais: posteriormente a Câmara fez obras, para evitar a insalubridade, ligando as próprias águas pluviais à condução das águas residuais, para que alguma que ande perdida corra também nas residuais. Portanto, esse problema também está sanado e se alguma coisa transparece é porque há questões que não estão devidamente resolvidas pelos particulares. Portanto, que fique bem claro. E já agora aproveitar para dizer mais uma coisa. Também ouvi nas mesmas atoardas, tenho ouvido com alguma insistência, dizer que Oliveira de Azeméis nem sequer está a ocupar minimamente a ETAR do Salgueiro e foi dito por quem tem responsabilidades, que nós estamos abaixo de metade da utilização da ETAR do Salgueiro. É mentira, provavelmente o Senhor Presidente apresentará nos números que o Senhor Eng.º Joaquim Jorge pediu, apresentará dados que provam que hoje, em 2009, nós ultrapassamos 50% da utilização do Salgueiro. É verdade que no passado já estivemos a zero, é lógico, começou por ser S. João da Madeira a utilizar, depois um pouco a Feira também, depois nós, mas neste momento já ultrapassamos 50% de utilização. É bom que se diga isto para que não andem aí boatos indevidos. Quanto à questão que me foi posta concretamente, também aqui eu limito-me apenas a esclarecer e mais nada, não quero criticar nada e acho que o Partido Socialista está no seu direito de apresentar a sua verdade. O que eu pedia é que a verdade fosse toda. O Dr. Fernando Pais factualmente relatou uma série de dados e eu sei que provavelmente o que não disse é por desconhecimento, não é por má-fé, tenho a certeza disso, mas eu dou-lhe mais alguns dados. No dia 09 de Setembro, em que foi aprovada por proposta nossa o alargamento do Despacho n.º 20956 ao 1.º ciclo e foi posta a questão de como é que eram com os meninos que não se tinham candidatado, eu disse efectivamente, confirmo, que não devíamos abrir precedentes porque todos os procedimentos estavam tratados e isso ia ser muito complexo e iríamos criar muitas injustiças. Mas disse uma coisa que aqui não foi dita, disse também que procederíamos, não sei se isso está na acta mas se não está na acta é por lapso que terá passado a todos depois na aprovação, mas penso que as pessoas depois têm memória para se recordar, eu disse em esclarecimento à Dra. Madalena que procederíamos como em anos anteriores de acordo com as necessidades e como em anos anteriores tínhamos aprovado de forma avulsa uma série de subsídios económicos a situações esporádicas que apareciam, também este ano e*

*com mais equidade porque se trata de um ano de dificuldades económicas de muitas famílias, muito mais porque a declaração da Segurança Social refere 2006 e nós estávamos em 2008, teríamos o cuidado de incluir todos aqueles casos que fossem apresentados pelas escolas, comprovadas pela nossa técnica que ia averiguar e, portanto, iríamos aprová-los de forma avulsa. Foi isso que fizemos e, portanto, queria dizer aqui, e não fazendo mais caso disto, acho que é hora de terminarmos com ele, que temos contemplado, e as actas comprovam-no, uma série deles, que mesmo assim não são todos aqueles que são contemplados pela declaração da Segurança Social, porque detectamos em muitos, inclusive que vieram candidatar-se, e insistir que não eram efectivamente alguns, não eram efectivamente carenciados, eram pessoas com rendimentos acima da média. E, portanto, o nosso procedimento penso que foi o mais correcto possível, o mais transparente possível. Espero que esteja agora tudo esclarecido. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Paulo Ferreira, do PSD. =====*

*===== Boa tarde. Venho hoje a esta Assembleia propor dois votos de louvor para duas associações do nosso concelho, que muito têm feito pelo desporto no concelho de Oliveira de Azeméis. Um voto de louvor é à União Desportiva Oliveirense, à sua equipa feminina, por a três jornadas do final já estar apurada para a 1.ª Divisão, portanto está a sua subida garantida e na última jornada irá jogar com a equipa que se encontra em 1.º lugar e poderá ser campeã. É para a Oliveirense, por todo o trabalho que tem feito ao longo destes anos. O segundo voto, é para outra associação que também tem feito muito pelo desporto, é para o NAC – Núcleo de Atletismo de Cucujães, por recentemente, nos dias 14 e 15 de Fevereiro, no Campeonato Nacional de Veteranos em Espinho ter conquistado vários títulos individuais, e foram muitos, tanto o NAC como vários clubes do concelho conseguiram bastantes títulos. A nível colectivo, o NAC sagrou-se Campeão Nacional com o dobro dos pontos do 2.º classificado, o que demonstra bem a qualidade das nossas associações e mais concretamente dos mais jovens do nosso concelho. Mediante estes resultados todos, acho que o desporto do concelho tem ajudado muito a divulgar o nome de Oliveira de Azeméis e do concelho de Oliveira de Azeméis, mas também demonstra mais uma vez que as duas modalidades que têm mais força no concelho têm feito um grande trabalho sem terem grandes condições. Pedíamos a todos, e principalmente à Câmara, que apoio mais o desporto, podendo apoiar com estruturas para que possamos desenvolver ainda mais o desporto do concelho ao longo destes anos. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à senhora Dra. Helena Terra, do PS. =====*

*===== Boa tarde. Antes de mais, o relevo que quero deixar e uma vez que já hoje se falou de cultura democrática nesta Assembleia, realçar a tolerância da Mesa da Assembleia no que toca ao uso do tempo no “Período de Antes da Ordem do Dia”, o período em que vulgarmente se costuma dizer aquele em que mais política se discute. Portanto, um sinal da cultura democrática desta Assembleia é aquilo que acaba por ser feito pela Mesa da Assembleia, eu bem sei que provavelmente o tempo já se havia esgotado, mas apesar disso, com esta tolerância, quero deixar ficar registada a cultura democrática que aqui se tem praticado, isto diz bem daquilo que temos vindo a fazer em prol desta mesma democracia. Queria começar por referir dois aspectos. O primeiro deles, tem a ver com estatística. A estatística não é um facto em si próprio, é tão só um instrumento de análise política e quando muito algo que permite instruir aquilo que é a necessária decisão política. Quer se goste ou não, a estatística não é propriedade*

*de cada um de nós e cada uma não arranja um à sua medida, como se de um fato de costureira se tratasse. O único Instituto neste País habilitado para publicar estatística que possa ser usada como instrumento de decisão política, quer se goste, quer se não goste, é um instituto estatal, independente, falo naturalmente do Instituto Nacional de Estatística, a única fonte de estatística hoje, e como sempre, invocada pela Bancada do PS nesta Assembleia. Segunda nota, tem a ver com o acontecimento lúdico e cultural que teve lugar na cidade de Oliveira de Azeméis no passado dia 24 de Fevereiro. Falo naturalmente no Corso de Carnaval, e eu que já contabilizo de idade algumas décadas, habituei-me há algumas décadas atrás a ver aquilo que sempre conhecemos como sendo as Festas de La-Salette como o grande acontecimento cultural, no que toca à movimentação das pessoas, dos Oliveirenses em geral e de alguns não Oliveirenses nesta nossa terra. O que é facto é que acerca de cinco anos a esta parte, houve uma inversão no que toca à adesão do público àquilo que são os acontecimentos lúdicos e culturais em Oliveira de Azeméis. Hoje é um facto inequívoco que o acontecimento que mais pessoas movimenta em Oliveira de Azeméis é o Corso da Terça-feira de Carnaval. Portanto, parece-me naturalmente uma iniciativa que deve subsistir no tempo, deve porque tem o acolhimento das populações, envolve as populações que nele participam. Quero dizer que o Corso deste ano foi particularmente rico em dois aspectos que me parecem fundamentais: por um lado, em alguma manifestação de arte, que é inequívoca; por outro lado, naquilo que toca àquilo que é a chamada crítica própria de acontecimentos deste género. Viu-se crítica ao Governo da Nação, viu-se crítica ao Governo do Concelho, mas viu-se crítica com humor, viu-se crítica com amor a esta terra, viu-se crítica com amor a esta nação e, portanto, eu quero deixar registado este facto, no sentido de dizer a todos aqueles que graciosa e, como se costuma dizer, de forma abnegada participam nesta realização para que nunca se lhes canse o corpo, nunca lhes doa a alma, para continuar a fazê-lo, porque vemos que um espectáculo bem recebido. Quero salientar o seguinte: os parabéns a Pindelo, porque Pindelo sozinho quase que conseguia fazer um Corso de Carnaval. Portanto, continuem, um dia destes ouvir-se-á falar de Oliveira de Azeméis pelo Carnaval e não de todo despreciando aquilo que eu digo, tanto mais quanto nós ficamos encalacrados, passo a expressão, entre dois concelhos que têm fortes tradições em organização de corsos carnavalescos, de forma quase profissional, falo naturalmente de Ovar e de Estarreja. O nosso é caseiro, é amador, é Oliveirense, mas é aquilo que nós todos tivemos oportunidade de ver no dia vinte e quatro de Fevereiro. Dentro de dois meses, no dia 16 de Maio, celebrar-se-ão as bodas de prata da nossa cidade. Aquando do aniversário anterior, do 24.º, várias pessoas se pronunciaram a propósito desse mérito, de entre as quais recolhi algumas intervenções públicas a este propósito do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, o Prof. Albino Martins, que na circunstância fez notar o seguinte: “A autarquia pretende que a urbe seja um espaço vivo e dinâmico, onde dê gosto viver, trabalhar e estudar”. Esta é a introdução que quero fazer para o tema de fundo que passo a abordar. No dia 17 de Março de 2008, teve lugar nesta mesma sala, uma Assembleia Municipal Extraordinária Temática, subordinada à Proposta do Plano de Urbanização da Cidade”. No dia 08 de Julho de 2008, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, formularam um requerimento a solicitar uma reunião com o então Chefe da Equipa encarregue de elaborar a proposta que aqui havíamos analisado em Março anterior, Prof. Jorge Carvalho. Note-se que a este requerimento ainda não houve resposta. Em Novembro de 2008, foi formalizado um acordo com a Parque Expo. Nessa altura, disse o nosso Presidente da Câmara, e passo a citar: “a Parque Expo vai ser a entidade responsável pela elaboração do estudo de enquadramento estratégico para a reabilitação urbana da cidade de Oliveira de Azeméis”. O contrato então celebrado tem cinco meses de duração, ou seja, terá que apresentar trabalho até Abril próximo e prevê o envolvimento técnico em áreas tão diversas como as do*

*planeamento e gestão do território, arquitectura e urbanismo, geografia humana e socioeconómica, investimento, financiamento comunitário. Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara o seguinte: “Este contrato marca uma nova etapa para a cidade. O estudo permitirá à autarquia operacionalizar e assegurar a regeneração urbana e o desenvolvimento sustentável da cidade, através da qualificação e integração dos seus diversos espaços, do fortalecimento e diferenciação do seu capital humano, institucional, cultural, económico e da qualificação e integração da cidade na região envolvente”. Este estudo custa à autarquia € 140.000,00. A equipa do Prof. Jorge Carvalho, numa primeira fase, com ela contratualizamos a Revisão do PDM e pagamos então € 48.300,00, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. Com a Universidade de Aveiro, foi contratualizado antes um estudo monitorizado pelos Prof. Eduardo Anselmo de Castro e o Mestre José Carlos Mota, pelo qual pagamos um valor de € 35.700,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Quero com isto dizer que só em estudos para Revisão do PDM e elaboração do PU, já lá vão mais de € 240.000,00, mas não ficamos por aqui. Nós não esquecemos uma multiplicidade de estudos para projectos de pormenor, zonas industriais e outros que nunca viram a luz do dia, foram estudos de sociedade tais como: a Parque Expo no valor de € 37.000,00 mais juros; a sociedade de Arquitectos A3 etc., etc.. Várias centenas de milhares de euros depois, o PDM continua em revisão e está há cinco anos; o PU, que há cerca de um ano viu uma proposta ser formulada nesta Assembleia, à qual a Bancada do PS apresentou na altura onze propostas concretas, relativamente às quais o Coordenador da Equipa Responsável pela proposta referiu “estas propostas de alteração, ora apresentadas, são pertinentes e merecem estudo e melhor análise”. Depois dos hossanas vinda da Bancada da maioria, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que dentro de pouco tempo teríamos nova Assembleia Municipal Temática para analisar novamente o PU. Hoje, volvido quase um ano, nada. Não sabemos do PU. A Equipa liderada pelo Prof. Jorge de Carvalho, não sabemos onde pára. O trabalho por ele produzido parará, quiçá, numa qualquer gaveta ou arquivado numa qualquer pasta que tenha o título de esquecimento. A Parque Expo é agora a receita proposta pelo Executivo. Para o fim dos Fundos Comunitários restam-nos já três curtos anos. Andamos nesta saga, uma verdadeira epopeia, desde 1995. Em catorze anos não conseguimos aprovar um único Plano de Pormenor, não conseguimos rever o PDM, não conseguimos elaborar um PU. O concelho e o seu território mereciam mais. Os Oliveirenses têm direito a muito mais. A nossa cidade, que em Maio completará bodas de prata, continua sem documento que lhe confira identidade própria. É mais ou menos como alguém que ao completar vinte e cinco anos de idade, ainda não tem sequer Bilhete de Identidade. Senhor Presidente, queria-lhe perguntar até quando? Muito obrigado. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====*

*===== Boa tarde a todos os presentes. Com a abertura do período de discussão pública referente aos Planos de Urbanização das Zonas Industriais de Costa Má/ S. Roque, Ul/ Loureiro, Nogueira do Cravo/ Pindelo, está a dar-se um passo decisivo para o ordenamento e consolidação das respectivas zonas industriais. Neste momento em que a crise económica e financeira se instalou no nosso País, e não sabemos infelizmente até quando, num cenário em que força das circunstâncias e das várias dificuldades que afectam as empresas, os números de desemprego vão subindo vertiginosamente atingindo, como foi divulgado recentemente, os setenta mil desempregados só no mês de Janeiro e é importante dar continuidade a estas áreas de desenvolvimento económico do concelho de Oliveira de Azeméis. Aliás, em relação aos números do desemprego, Portugal é neste momento o quinto País com maior taxa de*

*desemprego ao nível europeu com 8,1%. Para cada uma destas zonas industriais os modelos de desenvolvimento serão diferentes, atendendo às características de cada uma delas. Será necessário definir prioridades, afectar recursos públicos, encontrar parceiros motivados para deslocalizar as suas indústrias e aí investir, fixar as que já estão instaladas e aproveitar a mão-de-obra existente. Depois, é importante cativar investimento, nomeadamente o proveniente dos Fundos Comunitários que estão disponíveis neste Quadro Comunitário. Certamente que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis estará a preparar as respectivas candidaturas ao QREN para que com esse financiamento possa adequá-las aos novos desafios e dotá-las das infra-estruturas necessárias. Outro aspecto não menos importante, será a questão das acessibilidades. É importante que as zonas industriais em termos rodoviários tenham maiores facilidades de acesso entre si. A cidade já se aproximou através da Via do Nordeste às freguesias situadas a nascente. É importante que surja uma via que facilite o acesso ao Sudeste, nomeadamente à Zona Industrial de Ul/ Loureiro, capaz de melhorar o contacto rodoviário com as outras zonas industriais, facilitando o fluxo de trânsito. Paralelamente à consolidação destas zonas industriais, é necessário criar condições antes de mais para que as empresas já instaladas cá continuem. E isso não acontece só por haver vontade ou porque as zonas industriais existem por si próprias. O PSD tem pautado a sua actuação pela defesa dos projectos empresariais já existentes e tem defendido aqueles que têm vindo a apostar no concelho de Oliveira de Azeméis, muitas vezes sozinho e até, em especial, contando com a Oposição do Partido Socialista. Esperemos que estas zonas industriais continuem a permitir o desenvolvimento do concelho de Oliveira de Azeméis, através da criação de mais emprego, mais riqueza, mais qualidade de vida para os Oliveirenses e que com isso possamos ter um concelho de sucesso. Relativamente à intervenção do Eng.º Joaquim Jorge e porque ele interpelou o Líder da Oposição, eu não sei se ele se dirigia a algum em especial porque há aqui vários líderes da oposição, mas admitindo que se trata de um engano e admitindo que aquilo que ele disse se dirigia a mim, eu devo dizer a propósito de muitas outras coisas que nos dividem, que de facto pode contar com aquilo que eu considero o respeito pela cultura democrática. E nesse aspecto devo dizer o seguinte: a cultura democrática significa o respeito pela diferença, pelo exercício também daqueles que tendo sido mandatados nas eleições por aqueles que os elegeram se colocam ao serviço da causa público, fazem-no certamente com devoção, com dedicação e com toda a entrega. E isto em cumprimento desse mandato que lhes foi atribuído. Da minha parte quero-lhe dizer, que exerço esse mandato de consciência tranquila, assumindo a diferença, sobretudo a diferença em relação à visão sempre catastrófica, negativista e derrotista do Partido Socialista. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====*

*===== Muito boa tarde. Quatro, cinco questões muito rápidas. Na última Assembleia Municipal Ordinária, realizada em Dezembro, no âmbito de uma discussão profícua, democrática, que aqui foi abordada pelas várias forças políticas, no âmbito de um ponto da Ordem de Trabalhos que veio a esta Assembleia Municipal, um protocolo que a Câmara Municipal de S. João da Madeira fez chegar aqui, em relação à requalificação do troço entre Arrifana e Orreiro. Foi discutido aqui a importância de todos nós darmos os braços e de alguma forma tentarmos no âmbito dos investimentos que estão a ser efectuados pelo Governo e concretamente pela REFER, a necessidade de nós também tentar requalificar a Linha do Vale do Vouga que passa no nosso Município. E foi colocado aqui, e penso que foi aprovada a necessidade de agendamento de uma reunião com a Secretária de Estado e com a REFER, no sentido de ver medidas objectivas em relação a um possível investimento em relação a este*

*ramal de grande importância para o nosso concelho. A questão que eu queria colocar é se há alguma evolução em relação a isso e da importância que isto não caia em saco roto e que esteja depois no esquecimento. A segunda questão, era uma vez mais saber da parte do Senhor Presidente da Câmara, se há algum fumo branco em relação à tão famigerada questão que aqui sempre coloquei em relação ao Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis. Se há alguma evolução, pois lê-se alguma coisa na comunicação social, mas este é o local ideal para saber efectivamente da evolução. Também queria, tal como os meus colegas do PSD e PS aqui colocaram, em relação às medidas efectuadas em relação ao asfaltamento no Largo de Santo António e Rua 25 de Abril, que acho que é Rua 25 de Abril, aprez-me ter-se tomado estas medidas até aproveitando estas boas condições climáticas, mas era bom também não esquecer que há também ruas sem ser no centro da cidade, há ruas no concelho que são vias de grande circulação rodoviária que necessitam urgentemente de investimento porque senão qualquer dia aquilo são buracos e quanto mais tarde pior, e eu percorro muitas vezes as ruas deste concelho. Penso era extremamente importante e faço aqui o apelo ao Executivo, de tomarem medidas em relação a esta, até aproveitando agora o quadro eleitoral que vamos ter pela frente e que será uma boa oportunidade. Uma terceira questão, era também nós termos sido confrontados pela comunicação social e muitas vezes não somos imunes, e muitas vezes das nossas intervenções cingimo-nos a colocar aqui alguns problemas e eu tenho conhecimento que vão ser investidas avultadas verbas para a requalificação do parque escolar do nosso concelho. Eu tive conhecimento e gostaria que me esclarecesse, é evidente que eu não tenho nada contra esta escolha, que um dos grandes investimentos vai ser efectuado na Escola Ferreira de Castro. A questão que aqui coloco é se é a prioridade, porque há outras escolas no nosso Município, o caso da Escola Dr. Ferreira da Silva, em Cucujães, a Escola Secundária em Fajões, pelo menos estas duas necessitam urgentemente de obras de requalificação, até não só para dignificarem a prestação dos professores nas aulas, porque necessitam de condições, mas também para dar uma melhor qualidade de vida aos alunos. O que eu queria aqui perguntar à Câmara, é se efectivamente há algum plano/estudo em relação a estes investimentos, se há alguma prioridade? Se o objectivo é apostar mais na Ferreira de Castro, depois nas outras como é que é? Penso que neste aspecto a Câmara tem aqui uma voz preponderante em relação às prioridades deste investimento. Uma última questão, já agora aproveito esta oportunidade porque até lá não vamos ter outra Assembleia e em nome do meu Partido, e se me permitem também em nome desta Assembleia Municipal, de todos os meus colegas, no próximo dia 08 de Março é Dia Internacional da Mulher, e eu quero em nome desta Assembleia, se me permitem, com orgulho homenagear todas as mulheres deste concelho, que de uma forma, muitas vezes com grandes dificuldades e de uma forma também abnegada, têm dado um contributo muito importante na educação dos seus filhos, no suporte muitas vezes ao marido, mas também o importante papel que tem tido não só na sua função e em todas as áreas da actividade profissional, mas também um tempinho para a sua actividade não só na área social, em todas as áreas sociais, das actividades culturais, desportivas, mas também na política e que tem dado um grande contributo para o desenvolvimento deste concelho. Eu queria homenagear as mulheres.*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== A propósito da intervenção do Óscar Oliveira, eu já podia ter dado essa informação no início desta Assembleia Municipal, só para dar nota que o Senhor Presidente da Câmara e eu próprio, fomos contactados pela Secretaria do Estado dos Transportes para a marcação dessa reunião no dia 17 de Março, às 11h e 30m. Portanto, sugeria que nós internamente pudéssemos preparar esta reunião, para correr bem e não irmos lá de forma*

*desgarrada e até lá encontrarmos uma data para fazermos o trabalho de casa e o apresentarmos à Senhora Secretária de Estado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====*

*===== Na verdade não devem ser as coisas desgarradas e vamos começar precisamente por essa frase feliz do Senhor Presidente da Assembleia. Há muito tempo que nesta Assembleia se falou, e por mais do que uma vez, nos problemas de saneamento. Estou contente por saber que alguma coisa vai sendo feita. Também lhe quero dizer que mais do que esperar a rede de saneamento, espero e desespero pela não chegada de novas ETAR's. São assuntos que convém dizer que são pertinentes. Mas também lhe quero dizer Senhor Presidente que há pouco se falou na IC2, eu gostaria que me dissesse alguma coisa sobre a A32, cujas obras no plano teórico deviam começar no primeiro trimestre do ano de 2009 e qual o ponto da entrada da cidade de Oliveira de Azeméis nessa A32 e nesse IC2. E agora mais do que isto: já falamos aqui nesta Assembleia que era necessário aumentar-se o perímetro urbano da cidade. Tudo na mesma, nada feito. O perímetro urbano da cidade, com o aumento da sua população, tem implicância de ordem administrativa muito grande, por exemplo, se a população ultrapassar os vinte e tal mil habitantes desse perímetro urbano da cidade, é obrigatória a existência de Polícia de Segurança Pública; se o perímetro urbano da cidade for aumentado a área de transportes internos, o TUAZ, alargará logicamente a sua acção; se a área da cidade for abrangida, for aumentada, dará outra expressão da grandeza que temos. Na verdade, fala-se muitas vezes desbastando em muito que está bem feito e esquecemos muitas vezes de realçar o nosso amor-próprio. Gostei Dra. Helena Terra de ouvir alguma coisa de muito bairrismo quando falou no Carnaval, é preciso a nossa auto-estima, todos precisamos de lutar por Oliveira de Azeméis maior. E essa luta pode também ser feita no trânsito, como bem aqui foi dito. Gostaria que certas ruas tivessem um passeio única e simplesmente para os peões e que muitas ruas mesmo que tivessem alguma nesga de passeio, não têm. Na verdade o que se passa no Calvário dói, sou dos que muitas vezes faz o percurso e é necessário pensar naquilo. Fizeram obras de pavimentação que eu louvo, mas é preciso pensar na Rua Vasco Ortigão, o ponto de acesso ao parque, uma zona que logo na sua esquina precisa de ser composto. Há muitas coisas, a seara é grande e os trabalhadores são poucos. Eu compreendo que Roma e Pavia não se fizeram num dia. Mas agora, Senhor Presidente, o Plano de Urbanização exige um plano concertado também pelos Partidos que aqui estão e é necessária a influência e a ajuda dos elementos desta Assembleia, que são representantes dignos da Assembleia da República. Hoje gostei do "Período de Antes da Ordem do Dia", gostei porque queria pensar que hoje era o princípio de dar as mãos e olhar mais olhos nos olhos. Obrigado a todos, caros colegas. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*

*===== Eu começava pela intervenção da Dra. Helena Terra, relativamente ao planeamento, relativamente a algumas situações em que se tiveram que tomar resoluções. Uma delas, por exemplo, foi o Prof. Jorge Carvalho, dado que não nos interessou continuar com o Jorge Carvalho à frente da Revisão do PDM. Tivemos razões para isso, ele também não ficou zangado, mas foi trabalhar para a Universidade e com certeza para o Gabinete dele em Coimbra. Formamos uma equipa da casa e estamos a trabalhar bem. Neste momento, como disse, temos os Planos de Pormenor das Zonas Industriais, o PU está quase pronto e a Revisão*

do PDM também está em finalização. Tudo isto, como sabem, é um trabalho demorado e por vezes faz-se e volta-se atrás. Todo este problema no planeamento exige muito cuidado. Relativamente à Parque Expo, ainda está dentro do prazo para eles nos apresentarem trabalho. Eu penso que em Março eles vão apresentar já o primeiro trabalho deles, para nós analisarmos, criticarmos e com certeza que nós também iremos precisar da Assembleia Municipal, para ter algumas pessoas para analisar os projectos, que são de grande relevância para a nossa cidade e para o desenvolvimento da mesma. Não temos problemas nas candidaturas. A Senhora Deputada disse que temos dois anos, mas depois da candidatura aprovada há mais dois anos para a discussão e, portanto, nós estamos ainda a tempo e horas. Relativamente às acessibilidades, é outra questão da qual temos necessidade. Há acessibilidades que já foram construídas de grande impacto no nosso Município, que inclusive irão em alguns locais ser aproveitadas pela própria Direcção de Estradas, um troço da Via do Nordeste vai ser aproveitada pelas Estradas de Portugal e iremos ter as contrapartidas que depois nos dirão. Penso que é de continuar, mas penso que não podemos descuidar a questão da cidade e das freguesias, porque é preciso ver que em pouco tempo Oliveira de Azeméis em termos de acessibilidades progrediu muito. Não há nenhum Município, à volta de Oliveira de Azeméis, que se abalanchasse a uma via como é a Via do Nordeste. Os custos da Via do Nordeste foi algo de importante, foram muito elevados, assim como a D. Maria I que foi feita há pouco tempo. Fui eu que comecei com ela e outras. Nós temos também que preparar a cidade e agora é tempo de vir, aquilo que há bocado a Senhora Dra. falou sobre a regeneração da cidade. É preciso alguns locais da cidade, é de uma necessidade enorme a regeneração da cidade, para darmos mais qualidade e darmos um outro alargamento à nossa cidade. Relativamente à intervenção do Óscar Oliveira, queria-lhe dizer que não foi a Câmara Municipal de S. João da Madeira que trouxe aqui o protocolo, foi a Câmara de Oliveira de Azeméis, porque o protocolo tem lá escrito estender, caso haja interesse, a Oliveira de Azeméis e Santa Maria da feira, portanto, não tem nada com S. João da Madeira, o que tem lá é a possibilidade. Estamos já a trabalhar com eles, eles estão a formar uma equipa para trabalhar com Oliveira de Azeméis e com Santa Maria da Feira e daí a reunião com a Senhora Secretária de Estado, no dia 17 de Março, às 11h e 30m, em Lisboa, eu depois faço-vos chegar os elementos. Vê-se que o protocolo valeu a pena, nós dizermos à Senhora Secretária de Estado que estávamos dispostos a colaborar e estávamos dispostos também a ter o comboio de circulação rápida assim aqui também no concelho e temos todas as condições para isso. Relativamente ao Centro de Saúde, estão a trabalhar e não é fácil. Eu digo isto, porque sabemos, a Câmara Municipal sabe porque tem passado por situações muito idênticas, por exemplo, temos uma empreitada que está a “gaguejar”, eu digo “gaguejar” porque não anda com a velocidade que a gente quer, o empreiteiro está a “gaguejar” em termos financeiros, em termos económicos e tirar-lhe a obra demora o seu tempo, porque há procedimentos que tem que ir ao Tribunal, etc.. Neste momento, tanto a Administração Regional de Saúde, tanto do Norte como do Centro, estão a trabalhar para lhe tirar a empreitada, porque ele também não está interessado em continuar porque não tem o mínimo de condições, não tem condições para comprar material, já nem condições para ter funcionários que queiram trabalhar para ele, porque chega ao fim do mês e não paga. A situação é esta. Isto demora um bocado e vimos o tempo que demorou, por exemplo, a dissolvência do Centro Vidreiro, vê-se quanto tempo demorou. Os Tribunais têm os seus trâmites e nós estamos já a pensar em negociar amigavelmente com a empresa para continuar o Centro Escolar de Azagães com outro empreiteiro. Eles estão descapitalizados, não têm dinheiro para comprar materiais e irem avançando. De pedreiro está feito, mas agora faltam as especialidades e onde é que há dinheiro? O problema do Centro de Saúde tem resolução Há que as partes negociarem e chegarem a um acordo, se não tem de ir para Tribunal. Portanto, a situação é essa. Com certeza

*que nós vamos continuar com empreitadas, neste momento temos já em carteira na DEM, que é a Divisão de Empreitadas Municipais, mais um pacotinho para começarmos a trabalhar e também para fazer protocolos com as Juntas de Freguesia, para não fazermos só na cidade, fazermos também nas freguesias. A Escola Ferreira de Castro é uma obra do Estado, não vamos misturar as coisas, mas nós habilmente conseguimos negociar com o Estado que o 1.º ciclo fosse encaixado dentro da Ferreira de Castro e inclusive vão-nos fazer o projecto, o Arqt.º que está a fazer o nosso placard da Escola Ferreira de Castro, a obra da Escola Ferreira de Castro custa mais dinheiro do que a Escola de Espinho, é uma das obras mais caras. Tem também uma obra de Santa Maria da Feira, eu por acaso fui lá, estive presente, outros Presidentes de Câmara não foram porque não puderam, mas eu estive presente. Penso que é o caminho tanto da parte do Governo, porque o Governo está a requalificar as secundárias e nós podemos aproveitar a embalagem e também meter lá alguma estrutura. E nós íamos fazer cá fora o 1.º Ciclo ou o Centro Escolar de Lações, se podemos pôr lá dentro e aproveitamos a estrutura que o Estado vai construir. Isto é que é trabalhar. Vai ter um pavilhão, vai ter isto e aquilo, que depois também serve para os miúdos das primeiras classes. Estamos a trabalhar, inclusive o próprio Arqt.º está a trabalhar já para Oliveira de Azeméis também e isto vai ser uma realidade, a recuperação da Escola Ferreira de Castro juntamente com o 1.º Ciclo. Não é preciso mais refeitórios, o mesmo refeitório dá para toda a gente. Sobre homenagear as mulheres, estou perfeitamente de acordo, eu tenho muitas lá em casa e por isso mesmo é melhor estar do lado delas do que estar contra elas. Penso que eram estes os esclarecimentos. Em relação à A32, Senhor Dr. Vieira Dias, eu penso que já há trabalhos neste momento a serem desenvolvidos para a A32, já andam a começar ali perto de Ossela, já andam a começar por ali a A32, portanto, o projecto que está de Oliveira de Azeméis para Norte. Eles ainda estão a estudar a parte da inserção aqui no nosso nó. Brevemente nós iremos, por causa da parte do Sul, também tratar do assunto que falta deste, mas a obra continua na mesma. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== A Mesa, como tinha dado informação no início, tinha recebido por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães o Senhor António Silva, um voto de louvor à Equipa de Atletismo do NAC ao Escalão de Veteranos. Na intervenção do Paulo Ferreira, que também focou esta questão do NAC e propôs também um voto de louvor à Equipa Feminina da União Desportiva Oliveirense, isto vem na sequência da intervenção do Óscar Oliveira sobre as mulheres, aqui está já um primeiro sinal com esta proposta de louvor. Depois temos dois votos de pesar, um relativamente ao falecimento do Reverendo Padre Belmiro da Costa Pinho, que é natural de Pinhão – Pindelo, que foi pároco durante mais de três décadas na freguesia de Loureiro e outro relativamente ao falecimento do Pai do nosso colega de Assembleia Municipal, hoje não está em funções mas está presente no Público, que é o Joaquim Monteiro que normalmente está em substituição, é o elemento seguinte na Lista do Partido Socialista e, portanto, também um voto de pesar pelo falecimento do seu Pai. =====*

*===== Por proposta do Senhor António de Jesus Silva, Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Cucujães, foi aprovado por unanimidade um voto de louvor para a Equipa de Veteranos do NAC, o qual se passa a transcrever: “O NAC conquistou nos passados dias 14 e 15 de Fevereiro de 2009, o título de Campeão Nacional de Atletismo em pista coberta, no escalão de veteranos. Este título constitui mais um êxito para esta colectividade Cucujanense, que muito honra e dignifica este Município, demonstrando mais uma vez o seu trabalho de qualidade que ao longo dos últimos trinta e dois anos têm realizado, em todos os sectores do*

*atletismo e em todos os escalões etários. Aos êxitos alcançados pelos seus atletas seniores e também pelos mais novos, junta-se agora este título de Campeão Nacional em Veteranos, um escalão sempre muito importante para a manutenção do desporto, pois todos eles são ex-atletas, treinadores, dirigentes ou pais de atletas actuais”.* =====

===== *Colocado à votação o voto de louvor à Equipa Feminina da União Desportiva Oliveirense, modalidade de futebol, pela subida à 1.ª Divisão Nacional, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *Colocado à votação o voto de pesar e minuto de silêncio pelo falecimento do Reverendo Padre Belmiro da Costa Pinho, foram os mesmos aprovados por unanimidade.* ==

===== *Colocado à votação o voto de pesar e minuto de silêncio pelo falecimento do Pai do Membro da Assembleia Municipal Joaquim Monteiro, foram os mesmos aprovados por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

===== **Ponto um:** *Votação da acta n.º 31.* =====

===== *Foi presente para aprovação a acta n.º 31 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 21.11.2008.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto número um à votação, sendo aprovada por unanimidade a acta n.º 31.* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para iniciar a discussão do ponto.* =====

===== *Eu penso que os Grupos já devem ter lido a informação, que é a informação de índole financeira.* =====

===== *De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para a discussão deste ponto, não se registando pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.*

===== **Ponto três:** *Contrato-programa a celebrar com o Centro Infantil de Cesar, para apoio financeiro às obras de conclusão do Lar da Terceira Idade – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios, designadamente em matéria de Acção social, consignada na alínea h) nº 1 do artigo 13º e artigo 23º da Lei nº 159/99 de 14 de Setembro; - A prática desta Câmara Municipal de comparticipação até 20%, do valor das obras a efectuar pelas instituições nas suas instalações, mediante a apresentação de documentos comprovativos do custo real e justificado das mesmas; - Que a Empreitada de Construção do Lar de Terceira idade e Centro de Dia, se encontra na fase de conclusão; - O interesse municipal da construção deste equipamento, pela sua inexistência na freguesia de Cesar; - Que o investimento em equipamentos sociais, constitui uma dimensão estratégica do desenvolvimento do nosso país; Em face do exposto, propõe-se: A aprovação da minuta de Contrato Programa, a celebrar com o “Centro Infantil de Cesar”, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que tem por objecto definir os termos e as condições da colaboração institucional para apoio financeiro - conclusão da 2ª Fase, no âmbito do citado “Contrato administrativo da Empreitada de Construção do Lar da Terceira Idade”, bem como a concessão de subsidio no valor de € 190 000,00 (cento e noventa mil euros), identificado no mesmo, ao abrigo da alínea a) nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do diploma atrás referido.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O presente contrato-programa decorre da prática da Câmara Municipal participar em 20% o valor das obras a efectuar pelas instituições nas suas instalações. Dado que a obra de construção do Lar de Terceira Idade e Centro de Dia do Centro Infantil de Cesar se encontra em fase de conclusão, através deste contrato a Câmara Municipal formaliza a atribuição de uma comparticipação no valor de € 190.000,00 (cento e noventa mil euros).* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Helder Simões e Óscar Oliveira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS.* =====

===== *Mais uma vez boa tarde a todos. Eu só queria vir a esta tribuna recordar o Senhor Presidente da Câmara, relativamente a um subsidio que eu falei na última Assembleia Municipal e que dei aqui como exemplo comparativo da capacidade de financiamento da*

*Câmara nestas matérias, ou seja, este protocolo é celebrado com o Centro Infantil de Cesar, para uma obra que eu quanto sei já foi inaugurada, não está em fase de conclusão, foi inaugurada pelo Senhor Secretário de Estado da Segurança Social, o Senhor Presidente também esteve na inauguração e eu também estive, isto foi sensivelmente há um ano e a questão aqui é que a Câmara Municipal faz aqui um planeamento dos tais 20% que tem protocolado com todas as instituições e protocola para pagamentos em 2009, 2010, 2011 e 2012. Esta é a questão, quando a disponibilidade da Câmara para aquisição de terreno em Macinhata foi pagamento imediato e para uma instituição que precisa, que já tem a obra pronta, a Câmara Municipal se predispõe a pagar em quatro anos. Este tratamento, a nosso ver, é discricionário e não devia acontecer. A Câmara Municipal tendo disponibilidade financeira deveria ter optado por esta situação em Cesar e não pela compra de terrenos em Macinhata. Esta seria a nossa opção. Só para dizer que nós vamos votar favoravelmente este protocolo, mas como esta ressalva, deveria a Câmara Municipal, atendendo a que tinha capacidade financeira, pagar atempadamente ao Centro Infantil de Cesar. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====*

*===== De alguma forma eu já fui esclarecido pelo Helder Simões. Desculpem lá muitas vezes a minha ignorância, mas neste aspecto também tem que haver alguma transparência na situação. E quando digo na minha ignorância, porque efectivamente esta obra que foi uma obra de grande importância para aquela freguesia, que deu resposta a muitas necessidades e que foi inaugurada, salvo erro, no dia 07 de Maio de 2008 com toda a pompa e circunstância. Acho que teve duas fases: a primeira, foi a administração directa; e, a segunda fase, a abertura de concurso público. Eu pessoalmente pensei que como foi inaugurado com aquela pompa que já estivesse tudo pago. Acho que a forma como está a ser faseado é muitas vezes complicada e tem a ver com as formas e os critérios que este Município coloca às coisas. É uma obra que foi participada 75% pela Segurança Social, deduzo eu. Já agora eu aproveitava esta oportunidade para perguntar à Câmara, qual o valor total do investimento desta obra? E quanto é que foi então participado pela Segurança Social, que eu deduzo que foi 75%? Depois há estes 20% que foram participados pelo Município e quem é que vai pagar os outros 5%? Se houve aqui alguma contribuição das mais-valias daquela freguesia, dos empresários, da população e se há também algum contributo da Junta de Freguesia e objectivamente qual é o valor total da obra, que acho que é extremamente importante e eu gostaria de saber. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar explicações. =====*

*===== O meu amigo Óscar se quiser saber estes pormenores tem de falar com a Instituição, porque nós estamos aqui a apoiar uma instituição que negociou com o Governo e que negociou também com a sua população. Até parece que estamos aqui a cometer algum pecado, por participar uma obra que não é nossa com 20%. Nós fizemos este protocolo com eles, com o pagamento faseado e negociamos com a Direcção do Lar. O Estado também não participa 100%, deixa sempre alguma responsabilidade para a Instituição e muitas vezes ainda são responsabilidades muito altas. Do Centro Infantil de S. Roque, por exemplo, ainda está por pagar muita coisa. O Senhor Helder pode dizer que sabe disso e a Câmara também está a ajudar. Nós pagamos tudo, inclusive o primeiro terreno foi a Câmara que o comprou. Nós nesse aspecto temos tido uma política muito justa com as associações e temos chegado sempre,*

*mesmo às vezes a pagar tarde porque nós também temos que fazer outras coisas, porque se não uma freguesia lembra-se de fazer um lar e qual é a estimativa dele, qual é a capacidade do Município ajudar ou não. Nós temos as nossas competências em primeiro lugar e estamos a ajudar as instituições, desta forma a ajudar as instituições. Não sei se está habituado a ver em outros Municípios se é assim ou não. Aqui é assim, tem sido assim e tem-se feito um trabalho extraordinário a nível associativo. Nós temos muitas obras a servir muito bem a população nas várias valências e feito com um bocado de sacrifício também das populações, que até se sujeitam a andar a fazer peditórios. As Juntas de Freguesias também colaboram. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração o contrato-programa a com o Centro Infantil de Cesar, para apoio financeiro às obras de conclusão do Lar da Terceira Idade. =====*

*===== **Ponto quatro:** Protocolos de Intenção de Parceria no âmbito do PRI – Programas de Respostas Integradas – celebrados com a Associação de Jovens Ecos Urbanos e Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira – Autorização/ Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) - No âmbito da missão do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) foi criado o Plano de Respostas Integradas (PORI) que consiste numa medida estruturante ao nível da intervenção integrada, que visa a redução da procura do consumo de substâncias psicoactivas, procurando potenciar sinergias disponíveis no território. 2) - O Plano de Respostas Integradas (PORI) o qual se concretiza mediante a identificação e selecção de territórios de intervenção prioritária e elaboração de diagnósticos, sobre cada território seleccionado e a implementação de “Programas de Respostas Integradas” (PRI); 3) - De acordo com o diagnóstico local, coordenado pelo IDT, foi identificado o território prioritário de S. João da Madeira, Cucujães e Macieira de Sarnes; 4) - Das reuniões de concertação estratégica dos parceiros que actuam neste território, foi definida a elaboração de candidaturas ao PRI em dois eixos distintos, Eixo de Prevenção e Eixo da Reinserção, sendo as entidades promotoras a “Associação de Jovens Ecos Urbanos” e a “Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira”, respectivamente; 5) - A candidatura ao Eixo da Prevenção materializa-se no projecto “Riscos Calculados” e tem as seguintes entidades parceiras do município de Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis; Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oliveira de Azeméis; Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães; Agrupamento Vertical de Cucujães; Centro Social e Paroquial de Nogueira do Cravo; Associação de Solidariedade Social de Macieira de Sarnes e Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. O projecto “Trapézio em Rede” materializa a candidatura ao Eixo da Reinserção e assenta no seguinte consórcio de parceiros do município de Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis; Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães; Centro Paroquial e Social de Nogueira do Cravo; Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis; Associação de Solidariedade Social de Macieira de Sarnes; Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. 6) - Reconhecendo a importância do trabalho em parceria, foi celebrado pelo Município, Protocolo de Intenção de Parceria: a) Em 2 de Outubro de 2008, com a Associação de Jovens Ecos Urbanos; b) Em 3 de Outubro de 2008, com a Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira; respectivamente, propõe-se: - A ratificação dos citados Protocolos de intenção de parceria, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas, com efeitos reportados à data em que os mesmos*

*foram assinados e nos termos e condições neles constantes, ao abrigo do disposto no artigo 137º do C.P.A., bem como a convalidação de todos os actos entretanto praticados. Esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal para os devidos efeitos”. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal. =====*

*===== Boa noite a todos os presentes. Este ponto vem aqui porque se insere também na preocupação que o Município de Oliveira de Azeméis tem nesta problemática toxicodependências. Como devem saber o Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005/2012 inclui nesse plano uma medida estruturante chamada “Plano Operacional de Respostas Integradas”, vulgarmente denominado PORI. Essa medida visa a redução da procura do consumo de substâncias psico-activas, procurando potenciar todos os recursos que existem num território e através da implementação de Programas de Respostas Integradas, que são os chamados PRI. Para chegarmos a um território de intervenção prioritário e também para a dinamização e implementação de um Programa de Resposta Integrada houve desde 2006 todo um conjunto de esforços e de trabalhos efectuados a nível do território nacional para levantamento de todas as necessidades, dos recursos e boas práticas existentes nesta área. Para quê? Para ser possível identificar territórios para intervir prioritariamente. Estes territórios não coincidem com as barreiras ou as fronteiras administrativas, quer dos concelhos ou freguesias, são territórios que foram seleccionados mediante as necessidades existentes, pode ser uma estação de metro, pode ser um bairro social, podem ser os territórios que foram entretanto identificados. Em 2006, foi feito esse trabalho todo em termos do País e do nosso Município em particular; em 2007 foram seleccionados os territórios prioritários, foram também divulgados esses territórios prioritários e aqui na região da EDV foi identificado um território prioritário constituído pelas freguesias de S. João da Madeira, de Cucujães e de Macieira de Sarnes. A partir da identificação e da selecção desse território todas as entidades que laboram e que intervêm nestas três freguesias fizeram também um trabalho de muitas reuniões, no sentido de se criar um núcleo territorial para posteriormente ser elaborada uma candidatura com dois Programas de Respostas Integradas que visam um eixo da prevenção e outro da reinserção. Feitas várias reuniões havia que seleccionar entidades promotoras da candidatura. As entidades promotoras da candidatura foram: Associação de Jovens Ecos Urbanos e Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, porque em termos de associações, de grupos de trabalho, foram elas as que reuniam, pela sua experiência já nesta matéria, know-how para avançar e para serem entidades promotoras. O Município de Oliveira de Azeméis tem várias entidades parceiras, a Câmara também é parceira nestes projectos, por isso é que vem aqui este ponto para autorizar e ratificar todos os actos entretanto praticados, porque havia necessidade da candidatura, posso dizer que já foi aprovada a candidatura, foi já feita a apresentação pública dos projectos no passado dia 16 de Fevereiro e os projectos estão no terreno, nos seus primeiros passos. Peço desculpa se me alonguei. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar os Protocolos de Intenção*

*de Parceria no âmbito do PRI – Programas de Respostas Integradas – celebrados com a Associação de Jovens Ecos Urbanos e Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, bem como convalidar todos os actos entretanto praticados. =====*

*===== **Ponto cinco:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), para a concretização do Tradicional Corso Carnavalesco e IV Edição Regional e II a Nível Nacional do Concurso de Música “Terras de La-Salette” 2009 – Autorização. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante, de promoção do desenvolvimento local, sociocultural, desportiva e de tempos livres, previstas designadamente, nas alíneas e), f) e n) do n.º1 do art. 13º, art. 20º, 21º e 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que a realização de projectos de carácter cultural, recreativa ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de actividades culturais e consequentemente de valorização e estímulo de iniciativas e projectos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objectivos, propõe-se: - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, tendo em vista a colaboração institucional para a concretização do tradicional Corso Carnavalesco e IV edição regional e II a nível nacional, do Concurso de Música “Terras de La-Salette” 2009; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Tendo por base as atribuições do Município em matéria de promoção de desenvolvimento local, sociocultural, desportivo e de tempos livres, a Câmara Municipal celebra com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA) este protocolo de colaboração tendo em vista a colaboração institucional para a concretização do tradicional Corso Carnavalesco bem como a IV edição regional e II a nível nacional, do Concurso de Música “Terras de La-Salette” 2009. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), para a concretização do Tradicional Corso Carnavalesco e IV Edição Regional e II a Nível Nacional do Concurso de Música “Terras de La-Salette” 2009. =====*

*===== **Ponto seis:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra – Autorização. =====*

=====  
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em reunião de Câmara de 8 de Julho de 2008, foi deliberado “assumir a parte não financiada...” no âmbito de uma candidatura apresentada pela Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra ao MODCOM – ACÇÃO C da Fase de Selecção 01/2008, homologada pelo Senhor Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor em 14/11/2008, e ainda; - A época Natalícia sendo a mais tradicional do ano, movimenta os cidadãos não só para efectuar compras, mas também para desfrutar da animação de que habitualmente se revestem as localidades, propõe-se: - A aprovação da minuta do protocolo de colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo da alínea l) nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que tem por objecto colaboração institucional, nomeadamente comparticipação financeira (correspondente a 40% das despesas elegíveis no âmbito da Candidatura aprovada ao MODCOM – ACÇÃO C e despesa com iluminação decorativa alusiva à Quadra Natalícia de 2008, no âmbito do projecto de promoção e dinamização do comércio tradicional na cidade de Oliveira de Azeméis; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma”.* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====  
 ===== *Considerando as atribuições do Município na prossecução do desenvolvimento local, a Câmara Municipal estabelece o presente protocolo com a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, com vista à comparticipação financeira correspondente a 40% das despesas elegíveis no âmbito da Candidatura aprovada ao MODCOM – ACÇÃO C, na parte não financiada por este sistema de incentivo, por um lado; e com vista à comparticipação financeira na totalidade da despesa de iluminação decorativa alusiva à Quadra Natalícia de 2008, no âmbito do projecto de promoção e dinamização do comércio tradicional na nossa cidade. O montante da comparticipação atribuída é de €168.083,00 (cento e sessenta e oito mil e oitenta e três euros).* =====

=====  
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====  
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra.* =====

=====  
 ===== **Ponto sete:** *Revogação do protocolo de delegação de competências celebrado com a Freguesia de Pindelo, para gestão do Canil Municipal na Serra do Pereiro.* =====

=====  
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, em 24de Maio de 2004, foi celebrado Protocolo de delegação de competências com a freguesia de Pindelo, que teve por objecto a colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia para gestão do Canil Municipal instalado na Serra do Pereiro; - Que nos termos da clausula quinta: “O presente protocolo produz efeitos à data da sua assinatura e vigorará pelo período de um ano, sucessivamente renovável por iguais períodos, salvo denúncia de qualquer dos contraentes, por escrito, em cumprimento de decisão dos respectivos órgãos*

*executivos, com antecedência mínima de seis meses”; - Que já não se mantêm os fundamentos e pressupostos que presidiram à sua celebração, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: - Revogar o citado Protocolo, procedendo-se à denúncia do mesmo, com efeitos reportados a 31 de Dezembro de 2008; - Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art. 53º do mesmo diploma”. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Quando existia o Canil Municipal na Serra do Pereiro como única estrutura para recolher cães, a Junta de Freguesia de Pindelo tinha um protocolo com a Câmara para assegurar todo o serviço necessário desse canil. Como hoje temos um canil intermunicipal, para todos os Municípios do Entre Douro e Vouga, propõe-se a revogação deste protocolo. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade revogar o protocolo de delegação de competências celebrado com a Freguesia de Pindelo, para gestão do Canil Municipal na Serra do Pereiro. =====*

*===== **Ponto oito:** Protocolo de cedência de instalações celebrado com a Freguesia de Fajões (cedência de instalações para funcionamento da sede da Junta de Freguesia) – Autorização/ Ratificação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, em reunião do Executivo de 16 de Dezembro de 2008, foi aprovada minuta de Protocolo de cedência de instalações a celebrar com a Freguesia de Fajões; - Que, por lapso, do mesmo constava a cláusula quinta; - Que, em 12 de Janeiro de 2009, entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Freguesia de Fajões foi celebrado Protocolo com o mesmo objecto (cedência de instalações para funcionamento da sede da Junta de Freguesia), com excepção da referida cláusula, propõe-se: - A revogação da citada deliberação, na parte em que a mesma se não conforme com a presente deliberação; - A ratificação do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5 A/2002 de 11 de Janeiro, com efeitos à data que do mesmo consta; - Que se remeta à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos, designadamente do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do referido diploma”. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Albino Martins. =====*

*===== Este protocolo teve uma incorrecção quando foi aprovado, uma incorrecção de pormenor na feitura deste protocolo, portanto, um mero acto burocrático, porque efectivamente a escola é cedida à Junta de Freguesia para as actividades na mesma. =====*

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar o protocolo de cedência de instalações celebrado com a Freguesia de Fajões. =====

===== **Ponto nove:** Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com Maria Virgínia Martins Rocha Vieira Pinto e marido Luís Vieira Pinto – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 26 de Janeiro de 2006, foi celebrado Protocolo de colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e Maria Virgínia Martins Rocha Vieira Pinto, relativamente ao prédio objecto de operação de loteamento urbano n.º 39L/95; - Que é intenção dos outorgantes, alterar o teor da cláusula sexta e sétima do mesmo, propõe-se: - Ao abrigo do n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, seja aprovada a minuta da Adenda ao Protocolo de Colaboração a celebrar com Maria Virgínia Martins Rocha Vieira Pinto e marido Luís Vieira Pinto, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; - Seja a mesma submetida à Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea m) n.º 2 do art.º 53.º do mesmo diploma”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Esta adenda ao protocolo de colaboração é com a D. Maria Virgínia Martins Rocha Vieira Pinto e marido Luís Vieira Pinto. Trata-se de um loteamento que foi aprovado no Pinheiro da Bemposta, em que a Câmara Municipal tinha aprovado nesse loteamento algumas concessões, principalmente a rede viária. Este casal cedeu muitos terrenos à Câmara, ao Pinheiro da Bemposta e ainda hoje têm sido muito beneméritos do Pinheiro da Bemposta e nós entendemos que para não estarem presos com a data em que a Câmara Municipal irá fazer os arruamentos, achamos que era preferível fazermos o protocolo e dar-lhes a importância de €161.000,00 (cento e sessenta e um mil euros) e eles fazem quando quiserem e andam com a obra, porque a obra está parada por nossa causa. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos senhores Dr. Fernando Pais Ferreira, António Nobre e Eng.º Joaquim Jorge. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== A questão que eu queria colocar ao Senhor Presidente da Câmara era a seguinte: eu tive a preocupação de ver o primeiro protocolo efectuado com a D. Maria Virgínia e o Senhor Luís Vieira Pinto e fala de facto na cedência dos dois terrenos ao domínio público e nesse protocolo cuja alteração agora se pretende efectuar diz para compensação do valor que a Câmara Municipal deveria indemnizar os segundos outorgantes pelos referidos três mil e noventa e seis metros e descritos nas cláusulas primeira e segunda, ficam da responsabilidade da Câmara a realização de parte das obras de urbanização no loteamento do prédio descrito na cláusula quarta e que são as seguintes (obras de urbanização a cargo da Câmara Municipal): rede de abastecimento de águas, rede de águas residuais, rede de águas pluviais, arranjos

*exteriores e rede viária. Mas a cláusula sétima deste protocolo diz o seguinte “as obras de urbanização a cargo da Câmara Municipal serão executadas de acordo com os respectivos projectos apresentados e anexos ao processo de loteamento, cujo valor orçado é de €158.133,07 (cento e cinquenta e oito mil cento e trinta e três euros e sete cêntimos). No entanto, fica também a cargo dos segundo outorgantes, ao abrigo deste protocolo inicial e que não foi alterado, não há nenhuma proposta para o mesmo ser alterado, outras obras como rede de energia eléctrica, rede de telecomunicações e rede de gás, cujas mesmas se orçam no valor de € 65.000,00 (sessenta e cinco mil euros). Eu ouvi com atenção a explicação dada pelo Senhor Presidente, em que esta é uma cedência do domínio público, era um domínio público que teria uma contrapartida pela Câmara, esse valor já estaria inscrito na cláusula sétima como cento e cinquenta e oito mil euros e para não atrasarmos as obras decidimos compensar as pessoas no valor, acrescido de juros penso eu, porque o valor aqui era de cento e cinquenta e oito mil euros e aparece aqui um valor de cento e sessenta e um mil euros). Aquilo que eu perguntava de forma categórica, parece que todos nós estamos de acordo ao perguntar essa questão, é se de facto houve algum levantamento sobre estes custos, ou seja, os trabalhos que a Câmara poderia fazer, poderia digo eu fazer com recursos da própria Câmara Municipal, ou seja, a Câmara Municipal fazia as obras com recursos da própria Câmara Municipal, rentabilizava os meios que tinha e poupava, digo eu, sessenta mil euros. Esta é uma questão que eu ponha ao Senhor Presidente da Câmara. A segunda questão é a seguinte: como é que se chegou a este valor dos cento e cinquenta mil euros, se foi através do critério do valor do terreno ou da comparticipação camarária neste projecto? Dito doutra forma, estes cento e cinquenta e tal mil euros que foi contratado era o valor das obras ou o valor do terreno? Terceira questão: se há contrapartidas também a cargo do segundo outorgante, porque é que é imputado, ou pode ser imputável, à Câmara Municipal um atraso na conclusão dos mesmos e porquê? Eram basicamente essas questões, fundamentalmente a questão que eu queria ver aqui elucidada era a questão dos cento e cinquenta mil euros e se o preço se refere ao valor da comparticipação em espécie da Câmara ou ao valor do terreno propriamente dito. Quero também aqui dizer que esta situação nos deixou de alguma forma apreensivos, porque de facto era aqui uma boa oportunidade que a Câmara tinha de fazer este protocolo que nos pareceu bem feito e bem elaborado o inicial, aproveitando para ceder os terrenos do domínio privado ao domínio público apenas e com o trabalho e rentabilização dos meios humanos de que a Câmara dispõe. Obrigada. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor António Nobre, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta. =====*

*===== Renovo a todos as minhas cordiais saudações. Sobre este assunto eu queria dizer o seguinte: estamos aqui a falar do Senhor Jaime Rocha, da família do Senhor Jaime Rocha, que foi uma pessoa que deu muito à Vila do Pinheiro da Bemposta. Foi ele que ofereceu os terrenos para a construção do primeiro parque desportivo do Futebol Clube Pinheirense, por isso o estádio hoje chama-se Estádio Jaime Rocha, exactamente porque foi ele que deu os terrenos para a construção do parque desportivo, o parque do Futebol Clube Pinheirense. Também deram muito terreno para o domínio público, mas deram uma faixa muito significativa aquando do alargamento e construção da estrada que liga Figueiredo de Cima à Igreja. Foi uma doação graciosa, de muitos metros quadrados que deram ao domínio público, sem qualquer contrapartida. A situação deste loteamento é importante e é fundamental também para o Pinheiro da Bemposta, porque situa-se exactamente no coração do Pinheiro da Bemposta, mais propriamente junto à estação do Pinheiro da Bemposta. Esta era uma das pretensões da Junta de Freguesia, desde há muito tempo, porque existe a Rua da Lavoura que dá acesso à casa do*

*Senhor Armindo, que é uma rua estreita e que não tem saída, até foi construída uma rotunda por não ter saída e essa via, desse loteamento que vai ser construído, vai dar ligação à estação, portanto ao centro do Pinheiro da Bemposta, e essa rua passará a ter uma ligação fundamental ao centro do Pinheiro da Bemposta, deixará de circular através de uma rotunda. Acho que é importante esta via porque ela vai contribuir para o desenvolvimento do Pinheiro da Bemposta, não só pela dimensão da construção do loteamento em si, porque é um loteamento de grande dimensão, mas também pela infra-estrutura da construção da estrada que irá ligar à Rua da Lavoura e dar seguimento a essa rua também importante. Penso que era importante este esclarecimento à Assembleia. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, do PS, que disse: =====*

*===== Senhores Presidentes, não temos dúvidas que estes Municípios serão beneméritos, não temos qualquer dúvida sobre isso. Agora, nós para podermos tomar uma decisão devidamente fundamentada e uma decisão consciente como a Bancada do Partido Socialista gosta de fazer, tivemos que fazer um enorme trabalho de pesquisa. Basicamente o que eu venho aqui dizer é uma coisa tão simples quanto isto: estes esclarecimentos que aqui nos foram prestados em viva voz, podem e devem constar da informação que é entregue aos Deputados. Eu julgo que a grande maioria dos presentes vai votar, vai decidir e se vai votar e se vai decidir unicamente com a informação que lhes foi facultada, vai votar e decidir desconhecendo o problema na íntegra. Portanto, mais uma vez apelo ao Executivo para que nos remeta toda a documentação necessária, para que possamos tomar a decisão certa. A Bancada Parlamentar do Partido Socialista vai por estes motivos abster-se nesta votação. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões colocadas. =====*

*===== Eu só queria alertar o seguinte: este loteamento está aprovado pela Câmara Municipal e inclusive todas as parcelas de cedência ou que são obrigatórias relativamente ao loteamento eles têm que ceder esses terrenos. O que estamos a fazer e tenho a impressão que há bocado o Senhor Dr. não interpretou bem, é em vez de nós irmos por administração directa, levar para lá máquinas, levar alcatrão e fazer as ligações da água, deixamos de ficar com essa responsabilidade e indemnizamos neste valor e a obra anda para a frente, porque a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e os Presidentes de Junta sabem perfeitamente como é que nós temos o parque de máquinas e que é escasso para o nosso Município, eu ia estar aí a ocupar máquinas da Câmara a fazer falta noutros lados. Esse preço é um preço bom. Eu gastava mais dinheiro nisso. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a celebração da adenda ao protocolo de colaboração celebrado com Maria Virgínia Martins Rocha Vieira Pinto e marido Luís Vieira Pinto, em 26 de Janeiro de 2006, com os seguintes votos: vinte e seis votos a favor do PSD, um voto a favor do CDS/PP e um voto a favor do Presidente da Junta de Cesar (Independente); quinze abstenções do Partido Socialista, uma abstenção do PCP-PEV, uma abstenção do Presidente da Junta de Fajões, (Independente) e uma abstenção do Presidente em substituição da Junta de Freguesia de Ul. =====*

=====**Ponto dez:** *Vias Estruturantes da Cidade – Troço da Rua Frei Caetano Brandão à Rua Soares de Basto – Troço 03 – Aquisição da parcela n.º 4 – Autorização.* =====  
 ===== *Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos, a pedido da Câmara Municipal.* =

=====**Ponto onze:** *Proposta para adjudicação da prestação de serviço de recolha de RSU's do Município de Oliveira de Azeméis e limpeza urbana da cidade – Repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico – Autorização.* =====

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. A informação técnica da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos de ref.ª I/9620/2009 que refere a urgente necessidade de se proceder à adjudicação da prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos para todo o Município de Oliveira de Azeméis; 2. O estudo de viabilidade económica elaborado pelo Gabinete de Auditoria Interna e Controlo de Gestão, e que poderá ser consultado naquele gabinete, e que indica o valor estimado de cerca de 971000€/ano (novecentos e setenta e um mil euros); 3. Que a prestação de serviço se realizará por 36 meses, iniciando em Julho de 2009; 4. Que os valores previstos para os três anos económicos serão: 4.1. Julho a Dezembro de 2009: 485 500€ (; 4.2. Janeiro a Dezembro de 2010: 971 000€; 4.3. Janeiro a Dezembro de 2011: 971 000€; 4.4. Janeiro a Junho de 2012: 485 500€; 5. Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que o prazo de execução é de três anos e cujo valor dos anos económicos seguintes ao da contratação excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1º, do artigo 22º, do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), propõe-se: No estrito respeito pelo estabelecido no artigo 36º, nº 1 e artigo 38º, do Código dos contratos públicos, o Órgão Executivo delibere sobre a abertura do procedimento na modalidade de concurso limitado por prévia qualificação, nos termos estabelecidos no Capítulo III, do Título III, da Parte II do Código dos Contratos Públicos para a “Recolha de RSU's no Município de Oliveira de Azeméis e limpeza urbana da cidade” e submeta para autorização do órgão deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados no ponto 4, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, conjugado com o seu n.º 6 e demais disposições legais do diploma – Código da Contratação Pública, que regulam o procedimento.”* =====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Albino Martins.* =====

=====*Eu penso que terão alguns dados e nós dispomo-nos a esclarecer dúvidas, mas sumariamente o que se pretende é o seguinte: todos nós sabemos, os Municípios em primeiro lugar e todos os autarcas por inerência, que o serviço que prestamos à população em termos de recolha do lixo neste momento não serve as necessidades. E também já nos apercebemos que as prestações de serviço que tivemos no passado, eram substancialmente superiores em qualidade, em profissionalismo ao nosso serviço e, portanto, houve uma decisão da parte da Câmara de entregar toda a recolha do concelho à prestação de serviço sendo que equacionamos antes através de um estudo económico, se renovando os nossos equipamentos que estavam em fim de*

*vida, renovando e complementando o número de contentores que faltavam muito, dando uma volta a isto tudo, se nos ficaria mais barato fazermos nós ou entregar a um privado. Fizemos as contas e chegamos à conclusão que será mais aceitável porque há economia de escala, enquanto nós não faríamos tão bem e gastaríamos mais. Portanto, haverá economia de escala, porque qualquer empresa que concorra, tenha experiência e esteja instalada no mercado tem outras possibilidades que nós não temos e, portanto, estamos convencidos que vamos ganhar em qualidade sem perder em custos. Por isso, é que vem aqui à Assembleia e o que vem à Assembleia é a questão da divisão, trata-se de um concurso para três anos com possibilidade de renovação e como há repartição de despesa por três anos tinha que ser autorizada nesta Assembleia e é por isso que vem aqui. Como sabem o concurso está a ser desenvolvido, o primeiro passo é este, os outros passos virão a seguir culminando, é um concurso internacional de grande envergadura, portanto, demora um certo tempo, e se tudo correr conforme se espera no início do Verão teremos em condições do serviço ser feito, sendo que já tivemos o cuidado das duas prestações de serviço que temos a funcionar que a recolha e limpeza urbana na cidade e a recolha em Cucujães, terminam mais ou menos por esta altura e juntamos tudo num bloco só porque é muito mais rentável do que estar a fraccionar esta prestação de serviço. Penso que o essencial era isto. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Helder Simões. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====*

*===== Eu só queria, e há bocado a intervenção do Eng.º Joaquim Jorge foi nessa óptica, tomar uma decisão desta com apenas uma folha A4 com informações. Prof. Albino, parece-me manifestamente escasso que as pessoas possam decidir os moldes do concurso a abrir, obviamente que ainda não é o concurso final e a adjudicação, é proposta, mas convinha sabermos aqui qual é que é o objecto do concurso. O objecto do concurso, finalmente e felizmente, visa tratar todos os Oliveirenses por igual, aquilo que nós temos hoje e eu registei aqui com agrado a evolução da opinião do Prof. Albino, porque há três anos atrás este concurso existia, estava em prática e a justificação nesta Assembleia foi que “nós estamos a gastar muito dinheiro com este serviço e a Câmara Municipal tem meios capazes de com a mesma qualidade efectuar este serviço”. Constatou-se e o Prof. Albino chegou onde nós já tínhamos chegado há muito tempo, que é efectivamente os serviços da Câmara, os meios que a Câmara Municipal tem ao dispor neste momento, não cumprem aquilo que são os desígnios mínimos na recolha dos resíduos sólidos urbanos, até que nós tínhamos um concelho com uma situação caricata, ou seja, tínhamos três tipos de Oliveirenses: aqueles cuja recolha dos resíduos sólidos urbanos era feita pelos Serviços da Câmara, tínhamos uma empresa em Cucujães e uma empresa em Oliveira de Azeméis. Dizer que o serviço era igual em todo o lado é faltar à verdade aos Oliveirenses, porque o serviço não era igual em todo o lado, vulgarmente e muitas vezes foi notório nos órgãos da comunicação social as avarias nos camiões da recolha da Câmara Municipal que deixavam o lixo amontoado em diversas freguesias. Agora eu também já tive o cuidado e eu aqui realço e quero enaltecer a postura do Vereador Dr. António Rosa, que depois de pedir esclarecimentos adicionais nos foram remetidos ainda hoje, mas já deu para perceber quais são os moldes do contrato e também percebi dos moldes deste contrato de que não vamos continuar a tratar todos os Municípios por igual, ou seja, em determinados momentos na cidade de Oliveira de Azeméis a lavagem dos contentores é feita uma vez por mês e nas outras*

*freguesias é de três em três meses. Eu acho que a questão do lixo é igual em Oliveira de Azeméis, é igual em S. Roque e é igual em Travanca, portanto, o lixo é lixo, os contentores são os mesmos, o lixo acumula-se e acho que essa é uma das questões que muita das vezes até cria problemas às Juntas de Freguesia, porque as pessoas depois reclamam dos maus cheiros dos contentores. Era pertinente que se alterasse isto, de forma a tratar todas as freguesias de forma igual e eu registo positivamente aqui a evolução do Prof. Albino, no sentido de entregar a privados porque a Câmara Municipal manifestamente não tinha condições de fazer este serviço. E eu perguntava aqui também, era uma questão que deixava, se a Câmara teve este serviço ao longo dos anos nestas freguesias, o que é que pensa fazer aos meios que têm hoje afectos a este serviço? Se há alguma possibilidade de os rentabilizar, passar aos privados ou alienar aos privados, nomeadamente o equipamento, porque se vamos deixar de prestar este serviço não vale a pena termos camiões de recolha do lixo, etc. Os funcionários podem e devem muito bem ser canalizados para outras áreas onde se calhar fazem, tanta ou mais falta. Muito obrigado. =*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para dar resposta às questões colocadas. =====*

*===== Já agora sobre isso acho que também foi explicado, teríamos todo o gosto de fornecer o dossier todo, mas tecnicamente não é possível para não viciarmos o concurso, mas estamos abertos, e aliás o Dr. António Rosa esteve, para todas as perguntas que queriam fazer e os dados que queiram, não podemos é fornece-los porque depois vamos viciar o concurso e os concorrentes e isso é complicado. Agora os esclarecimentos são estes: mais uma vez tenho que dizer que não mudei de opinião pessoalmente, a opinião é a mesma, a realidade é que se mudou, aquilo que era há quatro, cinco anos atrás, não é a realidade hoje. Os camiões, por exemplo, que tínhamos há quatro ou cinco anos atrás, tinham oito anos de vida o que era razoável, hoje tem doze, treze anos. Também a nível pessoal as coisas mudaram drasticamente como devem saber, a legislação da contratação pública, da contratação de pessoal, o regime de horários do pessoal da função pública, isto mudou drasticamente em Janeiro e acontecem coisas caricatas como esta: nós tínhamos funcionários da recolha do lixo a fazer horários específicos que começavam às cinco da tarde e acabavam às onze da noite ou começavam às cinco da manhã e acabavam às onze da manhã. Hoje é impraticável, a Lei não permite de maneira nenhuma e depois acontecem coisas destas: um funcionário da recolha do lixo tem que andar quatro ou cinco horas a recolher e parar e cruzar os braços uma hora, ou então ir levar o camião ao estaleiro, e depois ir retomar outra vez mais duas horas. Isto é praticável? Não é, e nós pedimos todos os pareceres jurídicos possíveis para ultrapassar esta situação, mas não é possível. Ora, gerir este pessoal desta maneira não é viável, isto foi um argumento também forte a pesar aqui. Portanto, dizendo isto percebem rapidamente que se alteraram completamente os dados o que nos levou a pensar outra forma de fazer este serviço. Eu penso que vai ser substancialmente melhorado e também aqui acho que o Helder viu bem, vão ser todos tratados de igual forma, não é que fossem tratados de forma discriminatória, porque é assim: a realidade das freguesias e da cidade e mesmo das freguesias entre si não é toda igual, nós sabemos que a densidade populacional de Cucujães não é a mesma de Palmaz, a produção de lixo em S. Tiago de Riba-Ul não é a mesma de Ossela e, portanto, nós tínhamos diferenciado as coisas e é essa diferenciação e não é por tratar diferentemente. Tratamos diferentemente porque a necessidade não é a mesma. Reparem: a única coisa que ficou diferente, como disse também o Helder e bem, foi a lavagem dos contentores que não tem a mesma periodicidade na cidade e em Cucujães, ou numa das freguesias mais rurais. Porquê? Porque a produção do lixo não é tanta, não há acumulação, nós temos a experiência destes últimos anos e melhorarmos significativamente, a lavagem dos*

*contentores, primeiro, não era nenhuma, não havia lavagem e aí cheirava. A partir de certa altura nós implementamos a lavagem de quatro ou de cinco em cinco meses, ou de meio em meio ano nas freguesias mais rurais e as coisas melhoraram significativamente. Agora nesta prestação vamos melhorar até dois ou três meses. Eu tenho a certeza que isso vai satisfazer completamente a necessidade. Já na cidade ou em Cucujães ou numa freguesia populosa a necessidade era outra porque a densidade populacional, a produção é muito maior e exige outro tratamento. Eu penso que o essencial é isto: as condições vão melhorar significativamente, portanto, vale a pena este esforço. Quanto aos meios, já foi dito em relação ao pessoal alguma coisa, falta dizer que o pessoal naturalmente que algum reforma-se porque já tem alguma idade, o que não se reforma é absorvido noutros serviços e temos necessidade, ao nível dos jardins e espaços verdes temos uma carência absoluta, reformaram-se mais de 50% dos funcionários que tínhamos, temos o sector reduzidíssimo e por isso é que temos espaços verdes um pouco abandonados. Portanto, vamos reconverter os cantoneiros nos espaços verdes, os motoristas temos onde os aplicar até porque muito se aposentaram, daí estamos falados. Em relação ao equipamento, logicamente que estamos a pensar em incorporá-lo, entrar no concurso, para ser vendido à empresa, mas só aquele equipamento que é aproveitável. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====*

*===== Prof. Albino, só um esclarecimento, é que na questão das lavagens dos contentores é exactamente o oposto àquilo que argumentou, ou seja, onde a periodicidade da recolha não é tão grande é onde se calhar se justificava que eles fossem lavados com mais periodicidade, porque há acumulação de cheiros, de lixos e que depois é muito maior naquela zona. São questões técnicas. Agora aquilo que eu digo é assim: a lavagem dos contentores na cidade é uma coisa, mas em Cucujães não deve diferenciar muito da cidade. Há questões a ver porque isto levanta, eu digo isto por experiência própria, a questão dos contentores, que depois estão muito próximos das casas das pessoas é o que levanta os problemas dos contentores e da localização. O Senhor Prof. Albino sabe muito bem das reclamações dos Municípios em relação à localização dos contentores. Acho que devia ter aqui esta atenção e já agora que vamos abrir um concurso concluir e tratar todas as freguesias por igual nesta matéria no que diz respeito à limpeza, já não estamos a falar da varredora das ruas. Há especificidades? Há, mas nesta matéria creio que não. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para dar resposta às questões colocadas. =====*

*===== Eu completava apenas. É lógico que o que foi feito não foi por minha cabeça. Foi estudado devidamente pelos técnicos e avaliado devidamente. Estou em crer que resolve e vamos ver logo após a implementação do serviço, vamos ver que as pessoas vão ficar satisfeitas e as reclamações vão acabar. Mas se não estiverem, o concurso é passível de acertos, há hipótese de num concurso se fazer sempre acertos. Por exemplo, se meio ano depois chegarmos à conclusão que era preciso de em vez de três em três meses, ser de mês a mês ou de dois em dois meses, ajustaremos. Mas eu, sem ser técnico rapidamente percebo que isto satisfaz, vai satisfazer e vamos estar aqui para avaliar. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos*

orçamentais em mais do que um ano económico, para a prestação de serviço de recolha de RSU's do Município de Oliveira de Azeméis e limpeza urbana da cidade. =====

===== **Ponto doze:** Hotel Rural Mira Caima, Lda. – Concessão de benefícios fiscais e isenção de Taxas Municipais – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O projecto em análise reveste-se de especial interesse para o desenvolvimento do município; - Ao abrigo da Lei das Finanças Locais, no disposto no art.º 3º- **Princípio da autonomia financeira dos municípios e das freguesias**, no seu nº 2, alínea c), determina que a “... A autonomia financeira dos municípios... assenta no exercício dos “...poderes tributários que legalmente lhe estejam cometidos; ...; ” - O art.º. 11º, alíneas d) e f), da mesma Lei das Finanças Locais - **Poderes tributários** determina que “... os municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, designadamente: d) concessão de isenções e benefícios fiscais, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º; e f) outros poderes previstos em legislação tributária...”; Considerando ainda que: - Ao abrigo do art.º 12º - **Isenções e benefícios fiscais**, nos termos do nº2, da Lei das Finanças Locais, “... A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder benefícios fiscais relativamente aos impostos e outros tributos próprios que constituam contrapartida contratual de fixação de projectos de investimentos de especial interesse para o desenvolvimento do município...” e nº 3 – “... Os benefícios fiscais referidos no número anterior não podem ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal...” **Propõe-se:** - redução em 50% do Valor de IMI e IMT no âmbito da realização do projecto de investimento apresentado por um período de 5 (cinco) anos, renovável por uma vez com igual limite temporal; - isenção total dos Custos de Licenciamento e Alvará de Construção”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Considerando que o promotor do Hotel Rural Mira Caima se propõe desenvolver um projecto de investimento que contempla a construção de um empreendimento, com uma área de cerca de dois mil e setenta e sete metros quadrados, inserido num espaço com características ambientais e paisagísticas únicas, mais concretamente na zona do Parque de Turismo Natural Bento Carqueja na freguesia de Palmaz; Considerando que este projecto irá potenciar a criação de postos de trabalho constituindo uma oportunidade de implementação de mais uma actividade económica de grande relevância para o Município e em particular um factor de desenvolvimento na freguesia de Palmaz; Considerando que o valor a investir rondará os três milhões de euros, propõe-se a aprovação da isenção total dos custos de licenciamento e alvará de construção deste importante projecto, bem como a redução em 50% do valor do IMI e IMT por um período de cinco anos, renovável por uma vez por igual período. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Lino Ferreira, Óscar Oliveira e Eng.º Joaquim Jorge Ferreira. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Lino Ferreira, do PS, que disse: =====

===== *Este é um tipo de investimento que aplaudimos e apoiamos, porque não votamos sempre contra, também apoiamos aquilo que é importante e que é bom para o concelho, porque trazem maior riqueza, nomeadamente a nível social, ambiental e turístico. Vai com certeza valorizar em muito a zona ribeirinha do Rio Caima, com a recuperação ambiental que se prevê, e valoriza muito a freguesia de Palmaz. Já é tempo de dedicarmos atenção aos nossos rios, que se encontram extremamente poluídos e pelos quais pouco tem sido possível fazer. Quem está próximo e acima da minha idade, lembra-se naturalmente dos tempos em que os rios eram as nossas piscinas, principalmente no Verão todos os miúdos lá passavam e era onde normalmente se iniciava a natação. Neste momento não dá nenhum prazer aproximarmo-nos dos rios e essencialmente esta zona do Rio Caima onde está prevista a construção do empreendimento. No entanto, estamos convencidos que com este projecto, a qualificação e a valorização da zona ribeirinha será uma realidade. É preciso dar também depois atenção a montante e a jusante do local do empreendimento. Gostava também que neste Verão fosse possível também voltar a ver naquele que penso ser o único rio não poluído no nosso concelho, pelo menos de forma visível, que é o Rio Cercal, ver os miúdos brincar na água com os pais, mas para isso seria importante que o bar de apoio à praia fluvial de S. Tiago de Riba-Ul pudesse funcionar. Os Santiaguenses não entendem que depois de tantos anos de funcionamento, com a inauguração presencial que muito nos honrou, aquele bar esteja agora e há muito impedido de funcionar por questões burocráticas. Poderá também naquele rio haver a intervenção pela Brisa e que protege toda a zona ribeirinha, porque é um local que vale a pena apostar, é uma entrada para a nossa cidade. Consideramos aquele local de grande importância para a freguesia de S. Tiago de Riba-Ul e peço ao Senhor Presidente da Câmara para que situação seja desbloqueada no mais curto espaço de tempo que for possível. O bom tempo já está aí à porta. Muito obrigado pela vossa atenção.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV.* =====

===== *Senhor Presidente, estamos perante um projecto megalómano nesta freguesia, até pela área envolvente. Pensamos que três milhões de euros é um grande investimento, que prevê a requalificação do espaço envolvente, mas, na nossa óptica, para aprovar isto e aquilo que vem aos eleitos é um critério que tem sido numa ou noutra questão colocado em situações idênticas, da participação dos 50%. Agora, nós para votarmos favoravelmente este projecto, tendo em conta que achamos que é importante, na nossa óptica, acho que deveria vir aqui o projecto mais documentado ou uma planta mais elaborada, quer dizer, o que está aqui é uma descrição faltando-nos aqui uma descrição mais fundamentada, até com projecto, para uma melhor apreciação. Aquilo que eu queria perguntar era se a aprovação daquilo que a empresa coloca que é mais do que aquilo que a Câmara dá, eles colocam dez anos a Câmara é o contrário (50%), se a aprovação da proposta condiciona a elaboração do projecto? Se não é possível a empresa fazer o projecto, avançar com a planta e nesse quadro o Município depois aprecia? Só para ter algumas bases. Que me lembre estes critérios vieram aqui duas ou três vezes e eu lembro que houve uma empresa em que foi usado um critério idêntico a uma empresa situada em Nogueira do Cravo, e eu até votei contra porque sabia que o critério que foi aplicado foi a ampliação daquela fábrica, a GESTAMP, que mais tarde veio a despedir mais trabalhadores e um dos grandes argumentos para a aprovação daquele protocolo era mais setenta trabalhadores, mas mais tarde eles despediram e têm vindo a despedir, mas agora não é isso que está em causa. E como tal, isso leva-nos a colocar aqui a necessidade de haver alguma transparência na utilização destes critérios em relação a outras situações, não só para empresas*

*com esta dimensão mas também em investimentos que possivelmente poderão porventura aparecer neste Município, mas que tenha um cariz mais diminuto. Estes critérios também devem ser utilizados e devem ser também uma linha a ser utilizada por este Município. Em relação a estes condicionalismos, eu iria abster-me até ter uma proposta mais fundamentada em relação a este investimento. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, do PS. =====*

*===== Nós vamos votar favoravelmente. O investimento é importante, é obviamente muito importante, sabemos reconhecer os investimentos importantes nos sítios certos e é mais importante ainda porque é um investimento que está a ser realizado numa freguesia periférica, numa freguesia que tem que ser acarinhada e que muitas vezes tem sido esquecida por esta autarquia. Agora eu gostaria de convidar esta Assembleia a fazer uma reflexão e a reflexão prende-se com o facto que o Decreto-Lei 409/99 define rigorosamente, de uma forma clara, quando devemos conceder benefícios fiscais e quando devemos promover a isenção de taxas municipais. E temos um valor, temos cinco milhões de euros que definem claramente pois os montantes dos benefícios e incentivos que poderemos atribuir. Estamos a falar de um investimento de três milhões de euros; estamos a falar, julgo eu, da criação líquida de quinze postos de trabalho com a possibilidade de futuramente vermos este número reforçado. É um facto que, e é esta a minha proposta de reflexão, temos tido inúmeros investimentos feitos no concelho, investimentos feitos pelos nossos empresários, investimentos porventura mais avultados, porventura mais geradores de postos de trabalho e se calhar porventura muitos deles não pediram esta isenção, também será verdade. Mas o convite que eu faria, não faço uma proposta porque acho que seria absolutamente deselegante e absolutamente incorrecto nesta fase do mandato apresentar propostas neste sentido, mas convidava os meus colegas da Assembleia Municipal a reflectirem sobre a possibilidade de com este espírito promovermos o investimento no concelho, de promovermos a criação de empresas, criarmos um período de dois, três anos, quatro anos, um período que atravessa o próximo mandato, onde esta realidade seja aplicada indiscriminadamente, porque reparem eu próprio tenho dificuldades e vocês também terão certamente em perceber se um investimento de três milhões de euros com quinze postos de trabalho é mais ou menos importante do que um investimento de um milhão de euros com cinquenta postos de trabalho ou de quinhentos mil euros com cem postos de trabalho. Eu tenho alguma dificuldade em perceber e avaliar a importância deste tipo de investimentos, mas julgo que seria uma excelente mensagem que o próximo Executivo mandaria para os investidores, possibilitando a isenção de uma forma generalizada e indiscriminada a quem quisesse investir em Oliveira de Azeméis. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Foram intervenções mais do que pedidos de esclarecimento. Não sei se querem acrescentar algo relativamente àquilo que foi dito, pelo menos ficaram posições. Não vale a pena? Vamos então votar. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por maioria, com uma abstenção do PCP-PEV, aprovar a redução em 50% do valor de IMI e IMT, bem como isentar dos custos de licenciamento e alvará de construção, a empresa HOTEL RURAL MIRA CAIMA, LDA. =====*

===== **Ponto treze:** *Aprovação final do Regulamento da Organização e Concessão de Transportes Escolares do Município de Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A Câmara Municipal, em reunião de 29 de Abril de 2008, deliberou aprovar o “Projecto de Regulamento da Organização e Concessão de Transportes Escolares do Município de Oliveira de Azeméis”; - Atenta a audiência dos interessados, foi consultado o Conselho Municipal de Educação que, em reunião de 24 de Abril de 2008, no uso das competências atribuídas pela alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, emitiu parecer favorável a este projecto; - Em 30 de Maio de 2008, foi o mesmo publicado no Boletim Municipal n.º 42; - Se constatou que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre a audiência dos interessados, não tendo sido apresentadas quaisquer sugestões. Em face do exposto, propõe-se: - Que a Câmara Municipal delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, bem como submetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação; - Que se determine a posterior publicação no Boletim Municipal e publicitação do referido Regulamento nos termos do art.º 91º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins.* =====

===== *Trata-se de um regulamento que já seguiu todos os trâmites, menos chegar aqui, é um dos últimos, e depois será a publicação após esta aprovação. Este regulamento, como outros que temos vindo a aprovar, tem subjacente Leis enquadradoras, algumas delas um pouco desactualizadas já mas em alguns casos têm vindo a ser actualizadas, e procura congregá-las e estabelecer regras não existem e deixar claro como funcionam os transportes escolares, para que toda a gente se reja por uma linha orientadora. Era um regulamento que faltava, entendemos que estava na altura de o fazer e cá está para aprovar.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento da Organização e Concessão de Transportes Escolares do Município de Oliveira de Azeméis.* =====

===== **Ponto catorze:** *Proposta de colocação de sinal “Parque Autorizado” para cargas e descargas na Rua 1.º de Maio, desta cidade – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A necessidade de criação de espaço para cargas e descargas na Rua 1º de Maio - Barrocas, Oliveira de Azeméis, propõe-se: a) A colocação de um sinal C16 “proibido parar e estacionar” com placa adicional “Excepto cargas e descargas”; - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A / 98 de 1 de Outubro e 41 /2002 de 20 de Agosto.”*

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu penso que todos percebem perfeitamente a intenção. Nesta Rua 1.º de Maio, na cidade, é preciso criar o referido espaço e a colocação de um sinal de proibido parar e estacionar com uma placa adicional excepto cargas e descargas, que não existe no local. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quinze:** Proposta de colocação de sinal na Rua de Samil, freguesia de S. Roque – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A necessidade de criar dois espaços destinados a cargas e descargas, propõe-se: a) A criação do referido espaço, que deverá levar dois sinais verticais C15 - Estacionamento Proibido – com placas adicionais “Excepto Cargas e Descargas”; - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A / 98 de 1 de Outubro e 41 /2002 de 20 de Agosto”.

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É uma proposta da Junta de Freguesia e que foi também aprovada pela Assembleia de Freguesia. S. Roque pretende, sabe que necessita do sinal e eu penso que é de aprovar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezasseis:** Proposta de marcação de linha amarela, Zona Industrial, desta cidade – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1- O estacionamento e a venda ilegal de veículos na Rua Joaquim da Silva Landeau junto ao Lidl na zona industrial, propõe-se: a) A marcação horizontal de linha amarela proibindo o estacionamento tal como representado na planta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas”.

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É precisamente para completarmos a sinalização na zona industrial, com aquelas intervenções, embora algumas delas sejam provisórias, mas há a necessidade de nós também

*fazermos uma marcação de linha amarela a proibir o estacionamento, onde eram os correios e mais em baixo também, na zona industrial onde param inclusivamente também camiões. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Carlos Afonso Oliveira. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Carlos Afonso, do PS. =====*

*===== Boa noite, Senhor Presidente. Pela informação que nos foi distribuída, isto é junto ao Lidl, não é junto aos correios, portanto não percebo. Nos documentos que nos são fornecidos não está visível onde é que é a colocação desta linha amarela. É óbvio que a dificuldade que tivemos em saber onde é que é efectivamente essa linha amarela que pretendem colocar, também não é esclarecida pela Mesa. Mas o que mais me trás aqui, mais do que isso, é a justificação do porquê dessa linha amarela. Se olharmos para a proposta diz “O estacionamento e a venda ilegal de veículos na Rua Joaquim da Silva Landeau junto ao Lidl na zona industrial”. Esta Rua Joaquim da Silva Landeau tem baía de estacionamento, de fora a fora, à excepção daquele redondo que entronca com a estrada nacional. Será que a linha amarela é para esse redondo? Ora, se vamos manter esta lógica de onde existirem carros com cartazes a dizer “liga-me”, “leva-me”, “dá-me outro”, “troca-me”, “contacta-me”, “muda de mão”, “bom de peças”, “bom de mecânica”, etc., é obvio que o Município vai ter que pôr linhas amarelas em tudo quanto é sítio e iremos passar a ser trocados de Município laranja para Município amarelo, porque com tantos carros na rua com estes cartazes, certamente vai obrigar a colocar muitas linhas amarelas. É importante que sejam eliminados esses veículos com esses dizeres, mas incumbe à GNR o levantamento de autos de contra-ordenação a esses veículos com esses ditames e isso está previsto no Código da Estrada. Portanto, colocar linhas amarelas quando o Código da Estrada proíbe ou considera isso como estacionamentos abusivos e dá como sanção o reboque e a remoção da viatura, essa é que é a sanção para quem tem esse tipo de veículos com esses ditames. Estar a justificar a colocação de linhas amarelas porque tem esses veículos com esses dizeres, penso que não é adequado. É obvio que há Municípios, particularmente o Município de Viseu que conseguiu dar a volta a essa praga que grassou em Viseu, com a actuação insistente da Polícia Municipal e obrigou no fundo a que os seus proprietários retirassem de lá as viaturas de uma forma colectiva, ou seja, levanta os autos, a Câmara Municipal vai ter que os tramitar, mas as pessoas têm que perceber de uma vez por todas que não o podem fazer na via pública. Se a Câmara Municipal também promover a realização ou a feitura de um regulamento de trânsito certamente essas infracções irão também desaparecer pela punição. Aquilo que me custa a aceitar é a justificação de uma linha amarela, porque há venda ilegal de veículos. Isso é que eu não posso aceitar. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== É que tem a Garagem Justino em cima e cá em baixo estão carros a vender. Porque é que nós não devemos proibir de estar lá carros à venda, sem pagar qualquer contribuição? É que a Guarda Republicana disse que actua se tiver uma linha amarela, é isso que eles dizem. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: quinze votos contra do PS; uma abstenção do PCP-PEV; vinte e sete votos a favor do PSD; um voto a favor do CDS/PP; um voto a favor do Presidente da Junta de Cesar (Independente) e um voto a favor do Presidente da Junta de Fajões (Independente).* =====

===== ***Ponto dezassete:** Proposta de sinalização na Rua Dr. José Alexandre S. Oliveira e Rua Mestre Guilherme, desta cidade – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que: 1. Quando há temperaturas negativas há tendência de criação de gelo nas ruas Dr. José Alexandre S. Oliveira e Rua Mestre Guilherme, propõe-se: a) Na Rua Dr. José Alexandre S. Oliveira seria necessário aprovar 3 sinais verticais A5 (pavimento escorregadio) e 3 sinais verticais A11 (neve ou gelo). b) Na Rua Mestre Guilherme antes da rotunda seria necessário aprovar 2 sinais verticais A29 (outros perigos) e 2 sinais verticais A11 (neve ou gelo). A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A / 98 de 01 de Outubro e 41 /2002 de 20 de Agosto”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Dada a tendência para a criação de gelo nas Ruas Dr. José Alexandre S. Oliveira e Rua Mestre Guilherme quando se verificam temperaturas muito baixas, ou mesmo negativas, propõe-se a colocação de sinalização adequada à situação nas referidas ruas. Os sinais já lá estão, tivemos que os colocar porque houve um número significativo de acidentes.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto dezoito:** Relatório final da auditoria efectuada à empreitada “Abastecimento de Água e Rede de Esgotos de S. Roque/ Nogueira do Cravo - 1ª fase” – Conhecimento e tomada de posição.* =====

===== *Para efeitos da alínea i) do nº1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deu conhecimento à Assembleia Municipal do relatório de auditoria enviado pela CCRN, respeitante à verificação de procedimentos e parte financeira, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Serve o presente para dar conhecimento a esta Assembleia do teor do relatório final da empreitada de “Abastecimento de Água e Rede de Esgotos de S. Roque/ Nogueira do Cravo - 1ª fase”, afinal fazemos abastecimento de água e também fazemos rede de esgotos,*

dando assim cumprimento ao estipulado da alínea i) do nº1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido relatório, não tendo tomado qualquer posição relativamente ao mesmo. =====

===== **Ponto dezanove:** Processo de obras n.º 2262/07 – PLASTAZE – Plásticos de Azeméis – Margem de acerto e rectificação. =====

===== **Processo nº 2262/07 – PLASTAZE – PLÁSTICOS DE AZEMÉIS, LDA.,** com sede no lugar de Cavadas, freguesia de Cucujães, deste concelho, vem em aditamento ao processo em epígrafe, construção de alpendres metálicos amovíveis de apoio à indústria existente no terreno adjacente, requerer margem de acerto e rectificação para a área de 1000 metros quadrados, considerada no PDM como espaços florestais, ficando a referida área a ser considerada espaços industriais. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== De acordo com a solicitação efectuada pela empresa Plastaze – Plásticos de Azeméis, Lda., propõe-se a aprovação da margem de acerto e rectificação de mil metros quadrados de terreno considerados no PDM como espaços florestais, classificando essa área como espaços industriais, de acordo com o estipulado nos n.ºs 2 e 4 do art.º 70 do Regulamento do PDM de Oliveira de Azeméis. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: vinte e sete votos a favor do PSD; um voto a favor do CDS/PP; um voto a favor do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar (Independente); um voto a favor do Presidente da Junta de Freguesia de Fajões (Independente); quinze abstenções do PS e uma abstenção do PCP-PEV. =====

===== **Ponto vinte:** Adequação de Área de Equipamento em Travanca (Processo de Obras n.º 418/08) – Margem de acerto e rectificação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “A Carta de Ordenamento do Plano Director Municipal identifica uma Área de Equipamento na Freguesia de Travanca, cujo programa de ocupação já se encontra instalado (Capela), existindo declaração da entidade responsável pela sua gestão relativa à adequação da área actualmente ocupada e à possibilidade de desafectação de parcelas contíguas para este efeito. Considerando a pretensão de construção de moradia em parcela contígua, formalizada no processo de Obras n.º 418/08; a estabilização da área de equipamento, e as disposições do artigo 70.º do regulamento do Plano Director Municipal em vigor, propõe-se deliberação municipal

viabilizando a adequação do zonamento da Área de Equipamento em questão, ao abrigo das disposições do artigo 70.º, números 2 e 4.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== De acordo com a pretensão de construção de uma moradia, formalizada no processo de obras 418/08, propõe-se a aprovação da margem de acerto e rectificação de quatrocentos e cinquenta metros quadrados de terreno considerado no PDM como espaço de equipamento, classificando essa área como uma área de transição, de acordo com o estipulado nos n.ºs 2 e 4 do art.º 70 do Regulamento do PDM de Oliveira de Azeméis. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por maioria, com uma abstenção do PCP-PEV, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e um:** Análise e discussão da situação da Fundação La-Salette (requerimento apresentado pelo PS). =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== O ponto vinte e um é a análise e discussão da situação da Fundação La-Salette, foi um requerimento que foi apresentado pelo Partido Socialista. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, do PS. =====

===== A Fundação La-Salette foi criada em 20/10/2004 e vale a pena recuarmos um pouco no tempo até à noite de sexta-feira dia 04 de Março, data em que a Fundação La-Salette foi apresentada oficialmente, com a pompa e circunstância com que muitas outras coisas são apresentadas por este Executivo e que o tempo se encarrega de transformar em nada. Na ocasião o Presidente do Conselho de Fundadores da Fundação La-Salette e também da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, diz que a criação da Fundação teve como objectivo a criação de uma instituição ímpar na região voltada para o desenvolvimento do Município que aplicará um ambicioso plano de intervenção local e regional mas também nacional. Vejamos o que foi dito: sobre a Casa do Mateiro, adquirida para alojar a sede da Fundação La-Salette por cerca de € 800.000.00 (oitocentos mil euros), foi dito o seguinte e passo a citar: “O projecto de reabilitação, estimado em € 300.000.00 (trezentos mil euros), está previsto para o primeiro semestre de 2006 e visa a valorização do imóvel, tanto em termos de recuperação arquitectónica como de uso cultural”. Está ainda a ser pago e nada aconteceu excepto a degradação do imóvel. Quanto à Casa das Heras, diz o Presidente, está já a ser objecto de restauro e requalificação num projecto que o valor global ronda os € 350.000.00 (trezentos e cinquenta mil euros). Este local constitui um dos pólos dinamizadores da actividade cultural da Fundação La-Salette, será destinado à oficina das artes, bem como o espaço para a realização de todo o tipo de manifestações culturais. Está previsto agora no orçamento de 2009 uma dotação, julgo eu, de €124.000.00 (cento e vinte e quatro mil euros) para a 1ª e 2ª fase, pelo que esperamos que desta

*seja de vez. Vamos a mais uma citação: “Outra das grandes apostas da Fundação La-Salette, passa pela requalificação da Estalagem de S. Miguel, num investimento de cerca de 1,3 milhões de euros. O projecto de arquitectura será concluído até Junho de 2005 e terá como linha orientadora, a reabilitação da Estalagem, aliando o ensino em hotelaria e turismo, à valência hoteleira e à restauração de qualidade”. Mais uma vez nada aconteceu, excepto a degradação do imóvel. E mais uma citação: “Adaptação do complexo das Piscinas, constitui apenas um exemplo da profunda intervenção, que permitirá a continuidade de um enquadramento das referências existentes, enquanto espaços coesos e com identidade própria”. Mais uma vez nada aconteceu e quase podemos dizer em coro, excepto a degradação do complexo. Este ano o Parque faz cem anos e a autarquia transferirá para a Fundação, até ao final deste ano, cerca de um milhão e meio de euros. Como podemos ver no mapa de investimentos previstos para 2009, a Estalagem S. Miguel, um dos grandes desígnios da génese da Fundação, não tem qualquer verba atribuída, ou seja, tem zero atribuída neste Plano de Investimentos. A requalificação do Parque, que seria outra das competências inatas da Fundação, acabou por ser candidatada ao QREN, precisamente pela Autarquia. O Mecenato, tido como fundamental para a afirmação do Parque, nunca funcionou nem nunca foram desenvolvidas políticas objectivas para a sua dinamização. Claro que foram feitas obras no Parque, quer pela Fundação quer pela Comissão de Festas, mas conforme ouvimos, todos os objectivos que estiveram na base da constituição da Fundação, volvidos cinco anos, estão por concretizar. Importa pois reflectir profundamente sobre o futuro da Fundação, a sua reformulação, a sua viabilidade, a sua utilidade. Terminaria, questionando o Executivo sobre o seguinte: o processo de legalização da Fundação, está concluído? A Fundação para existir tem que ser instituída por um ou mais organismos públicos, tendo interesse cultural, artístico, social e desportivo ou outro e tem que ter reconhecimento pelas entidades públicas, nomeadamente o MAI e o Conselho de Ministros, com posterior publicação em Diário da República. O que é que temos: temos uma Fundação que não tem património próprio e quanto ao fim altruístico este existe mas apenas como um acto aclamativo. O que nós queremos saber é se o reconhecimento pelas entidades públicas está efectivamente feito ou está por fazer e a verificar-se a inexistência desta constituição da Fundação estamos na presença de uma grave lacuna, perpetrada pelos seus responsáveis que já deveriam ter resolvido a situação. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Eu penso que os esclarecimentos devem ser pedidos à Fundação e dados numa reunião da Fundação. Não cabe aqui, na Assembleia Municipal, resposta embora possamos preparar uma reunião e falarmos sobre isto. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS. =====*

*===== Eu tenho pena de discordar, mas este é mesmo o local próprio para se discutir este assunto e para que aqui sejam dados todos os esclarecimentos e são muitos. É passo a explicar porquê? O Parque de La-Salette é a nossa maior marca identitária. É o nosso cartão-de-visita, que de longe se alcança no horizonte visual, venhamos nós do norte ou do sul para entrar na nossa cidade ele impõe-se no alto do monte, com a torre altaneira da sua Capela que na paisagem a todos se impõe. É a nossa herança verde, que em Abril completará cem anos. Bonita idade, grande honra a nossa por esta herança e a de todos aqueles homens bons que já*

*partiram e que no século passado, com grande ambição e com vistas largas, tiveram tão arrojo. Tudo qualidades que se foram perdendo, também elas podemos dizer em coro que se foram degradando. Em 2004, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Junta de Freguesia da cidade, deram início à constituição da Fundação La-Salette. A Fundação é uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, é constituída pela destinação de um património para a execução de determinados fins, sempre filantrópicos. Quanto à Fundação La-Salette ela inexistia, não lhe foi constituído estatuto próprio nos termos previstos pela Lei, além disso não há destinação patrimonial para o efeito até hoje. Vamos analisar o fim filantrópico. Em diversas circunstâncias foi dito, nomeadamente pelo Senhor Presidente do Conselho da Administração aqui presente, que no caso é por coincidência o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em diversas circunstâncias o seguinte: “A Fundação La-Salette está apostada em tornar a Estalagem de S. Miguel num pólo difusor de cultura e animação”, isto tudo para além do que já foi dito anteriormente quanto à Estalagem de S. Miguel. Um dos grandes objectivos da Fundação La-Salette, e volto a citar o Senhor Presidente do Conselho da Administração “É valorizar culturalmente o Parque, com o objectivo de atrair para ele o público e de o tornar no grande ex-líbris da cidade”. O Parque, ou melhor o que ainda resta dele, é de facto um ex-líbris da cidade, mas é um ex-líbris em si mesmo. É ver o número de Oliveirenses que fazem o seu jogging pela manhã e os atletas de algumas das nossas associações com fins desportivos, nomeadamente o Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta, de quando em vez o NAC, que ao fim do dia lá treinam os seus atletas porque pistas de atletismo no concelho como sabemos, não há, tentando fugir às entorses que um piso irregular e próprio apropriado com facilidade potenciam. Em Maio de 2008, foi também anunciada pelo também Presidente do Conselho de Administração a criação de um Clube de Amigos do Parque, tendo sido na altura como aliciante à criação deste Clube de Amigos que a adesão destes possibilitaria benefícios fiscais, que lhes proporcionaria convites para espectáculos, que proporcionaria descontos na aquisição de material promocional e que fá-los-ia constituir no direito ao envio do relatório anual e ao reconhecimento público de cada um dos seus contributos. Algumas outras iniciativas foram anunciadas, algumas outras foram concretizadas. Ainda em 2007, um conjunto de cidadãos, uns mais outros menos anónimos, procederam à limpeza do lago, uma necessidade naturalmente. Em 2008, e sete anos depois de terem abandonado o local, por obra da Comissão de Festas de La-Salette foram restituídos ao lago cinco barcos. Por uma iniciativa privada foi criado o Berço Vidreiro, em homenagem à história da indústria no nosso concelho e bem acolhido pela população, diga-se em abono da verdade. Lamentavelmente é pena que comercialmente, pelos vistos, parece que esteja em maus lençóis. Posto isto, a Fundação La-Salette é um ente que apenas tem servido para realizar despesa, despesa essa suportada integralmente por um orçamento que advém da transferência directa do orçamento da Câmara Municipal. O Conselho de Administração tem vindo a existir para efectuar pagamentos, quer seja de rendas, nomeadamente por via do empréstimo bancário para a compra da Casa dos Mateiros, salários a algum pessoal ou meras despesas de funcionamento, sendo certo que um dos seus Membros, do Conselho de Administração é disso que continuo a falar, bem o poderia fazer com um só “cheque”, e naturalmente que “cheque” aqui é figurativo. Falo do Dr. António Rosa, que responsável pelas finanças do Município passa o cheque do Município para a Fundação para a dotar de orçamento e nesta, enquanto administrador, passa cheques para pagar custos. Eu diria que melhor exemplo que este não se encontrará para ilustrar o chamado fenómeno da “multiplicação dos pães”. Claro que está, esta Administração, este Conselho de Administração, montam um circuito de manutenção que a falta de civismo de uns quantos se encarregou de vandalizar. Pena. Renovaram a electrificação que a falta de respeito pela coisa pública de uns quantos, não sei se os mesmos, se encarregou de danificar. Mas vamos ao que mais importa,*

*aquilo com que todos os Oliveirenses se questionam, aquilo que para nós é verdadeiramente importante saber e estas são perguntas que eu faço ao Senhor Presidente da Câmara e no fim explico porque é que é a ele que eu as faço. Primeira pergunta: que futuro para a Estalagem de S. Miguel e para quando esse futuro? Segunda pergunta: quais as medidas concretas para revitalização do Parque, que é o nosso coração verde por excelência? Terceira pergunta: que destino para a Casa do Mateiro cujo empréstimo para a compra temos vindo a custear? E faço estas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, porque este património, mas pelos vistos o Senhor Presidente da Câmara não percebeu porquê e eu passo a explicar: é porque este património continua na titularidade dos seus anteriores proprietários e, portanto, só a Câmara pode responder por isto. A outra pergunta que se impõe, e bem se vê depois de tudo isto dito, que futuro para a Fundação, apenas de seu nome claro está, porque Fundação não é, que futuro para a Fundação La-Salette? Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====*

*===== O futuro da Fundação e o futuro do Parque de La-Salette é aquele, e só aquele, que nós quisermos. Eu continuo a acreditar naquilo que aconteceu em 2004 e continuo a acreditar em todos os princípios que levaram à tentativa de formação da Fundação La-Salette. Exactamente tentativa. Não passou disso? Posso continuar Senhor Presidente? A Fundação La-Salette existe, porque a Fundação La-Salette está a trabalhar. Juridicamente ou administrativamente pode não estar o seu processo concluído e eu gostava que o Senhor Presidente desta Mesa e a Dra. Helena Terra se pudessem ajudar a Fundação, fizessem o favor de participar e ajudar a nível ministerial para que a Fundação La-Salette seja uma realidade. Se Bento Carqueja fosse vivo, ele ia ficar triste com aquilo que eu acabei de ouvir nos minutos anteriores. Eu ainda continuo a acreditar nos princípios do Senhor Bento Carqueja, no que diz respeito à instrução e que foi ele um dos responsáveis pelo Jardim Botânico do Porto e pelo nosso Parque de La-Salette e pelo Jardim da Cordoaria, nas imediações do Hospital de Santo António, nas traseiras do Hospital de Santo António, eu continuo a acreditar nos Oliveirenses, continuo a acreditar na boa vontade, continuo a acreditar que o centenário que vai ser iniciado no dia 07 de Abril não foi um trabalho em vão de um grupo de Oliveirenses em 1909 e com a ajuda do grande Bento Carqueja. Ou seja, todas as perguntas que foram feitas pelos meus colegas no que diz respeito a este ponto, continuam sem resposta ou sem uma resposta que nos seja agradável, mas eu quero acreditar que não é um caso encerrado, ou seja, eu ainda continuo a dar crédito a esta Administração ou qualquer outra e continuo a dar crédito à ideia da Fundação La-Salette, pelo Parque de La-Salette. Eu gostava, já não estou na Junta de Freguesia, já não tenho muitas responsabilidades para com o Parque de La-Salette, directas, mas gostava que o Parque de La-Salette continuasse a crescer, a ser renovado, é certo que às árvores que foram plantadas na primeira década após 1909 poucas serão as que lá estão, mas o Bento Carqueja também já cá não está e nós não estaremos, espero eu, no segundo centenário do Parque de La-Salette. Por isso, eu continuo a acreditar no trabalho dos Oliveirenses, continuo a acreditar na vontade de todos aqueles que trabalham pelo Parque de La-Salette, desde aquele que apanha o papel do chão até aquele que dá um milhão para o Parque. Se as coisas forem corrigidas ou melhoradas no futuro, ou melhor se dermos continuidade ao processo que está iniciado, já a fazer cinco anos, de certeza absoluta que eu vou estar contente daqui a alguns anos com o trabalho de quem é responsável directo pelos destinos do nosso Parque de La-Salette. Todo o património que nos pertence, felizmente hoje estivemos a falar de outro património que nos foi directamente ou indirectamente deixado pelo Bento Carqueja, a*

*Fábrica do Caima, que felizmente está com o trabalho de Oliveirenses a ser mantida, eu queria que a Casa do Mateiro continuasse a ser mantida, não importa quem é que paga, ou melhor eu importo-me, claro que importo, mas pelo património de Oliveira de Azeméis tudo o que fizemos é muito pouco. É evidente que eu também gostava de ter outras notícias da Fundação, estou atento, estou à espera e gostava que neste ano de centenário pudéssemos ouvir, quer da Administração da Fundação, quer do Ministério responsável, o reconhecimento do Parque de La-Salette e o grupo de pessoas, o grupo de trabalho para com o Parque de La-Salette. Todos aqueles que acreditam e ainda continuam a trabalhar com a Fundação um bem-haja, pode ser pouco, mas força. Bom trabalho. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Vamos dar por encerrado o ponto. Foi invocado o meu lugar no Conselho de Administração da Fundação La-Salette pela Senhora Deputada Helena Terra, e eu quero aproveitar esta oportunidade, não era minha intenção fazê-lo, para dar a seguinte informação: as questões que foram colocadas pelo Eng.º Joaquim Jorge e depois repetidas pela Dra. Helena Terra são questões legítimas e obviamente que, não neste fórum mas noutra fórum, estarei totalmente disponível para dar todos os esclarecimentos que forem necessários para não terem nenhuma dúvida relativamente às orientações e às pretensões e àquilo que está a ser feito e talvez se calhar com algum défice de comunicação, porque se houvesse comunicação se calhar algumas questões que foram colocadas não seriam colocadas. É só uma questão de no fim da Assembleia marcarmos uma data e todos os esclarecimentos por parte da Fundação La-Salette serão prestados com gosto, com gosto. E dizer, uma nota de rodapé, o Parque de La-Salette precisa de todos, a única coisa que dispensa é política, porque acho que não vale a pena colocarmos as questões políticas naquilo que nos une, que se calhar é a coisa que mais nos une e que mais nos identifica, conforme foi dito pela Dra. Helena terra. Queria dar este esclarecimento, serão prestados todos e quaisquer esclarecimentos e aliás acho que todas as questões que foram colocadas têm resposta. Poderia haver alguma que não tivesse resposta, mas todas têm respostas objectivas, concretas e factuais. Portanto, não há nenhum problema nessa matéria e no final da Assembleia falaremos sobre isso e acertaremos uma data que seja comum a todos para darmos essas explicações. =====*

*===== **Ponto vinte e dois:** Designação dos Membros que irão integrar no ano de 2009 a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Ratificação. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Tem a ver com a designação dos Membros que irão integrar em 2009 a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. É a ratificação porque a pedido da Dra. Ana de Jesus, na última Assembleia Municipal nós procedemos à troca, o Dr. Carlos Afonso não estava cá, trocamos o Dr. Carlos Afonso pela Dra. Ana de Jesus e, portanto, vamos ratificar essa designação. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade ratificar a designação dos Membros que irão integrar no ano de 2009 a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens: Prof. Isabel M.ª Fernandes G. Ferreira de Vilhena, Nuno Ricardo Fernandes Pires, Dra. Ana Maria de Jesus e Óscar Fernando Soares de Oliveira. =====*

===== **Ponto vinte e três:** *Acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Apreciação/ Conhecimento.* =====

===== *Para cumprimento do artigo 6º do D.L. nº 38/2008 e alínea c) do nº 4 do artigo 40º da Lei nº 2/ 2007 (Lei das Finanças Locais), foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de actas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É para cumprimento da Legislação, dar conhecimento aos Membros da Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Armindo Nunes.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, do PS, que disse:* =====

===== *Está o Executivo a dar-nos conhecimento do estado da execução do Plano de Saneamento Financeiro relacionado com a contratação do Empréstimo de Saneamento Financeiro no valor de trinta e quatro milhões de euros, em finais de 2008 e com o seu término em 2020. O Relatório que nos foi apresentado é esclarecedor e também passou o tempo de analisar as virtudes e defeitos do empréstimo, que no essencial apenas deslocou a dívida de curto prazo a fornecedores e outros credores, concentrando-a em empréstimo bancário no médio e longo prazo e que surge como corolário inevitável de todo um passado, esse sim a merecer reflexão. Destaco do Relatório apenas alguns aspectos que considero fundamentais para avaliar a importância do que estamos a tratar, na linha daquilo que repetidas vezes temos chamado a esta Assembleia. Os custos da estrutura cresceram em relação à previsão e à execução de 2007, embora ligeiramente. E destes, apresentam um aumento substancial os Custos e Perdas Financeiras, os famigerados juros, que tiveram um efectivo de € 2.113.000,00 (dois milhões cento e treze mil euros) contra € 1.545.000,00 (um milhão e quinhentos e quarenta e cinco mil euros) da Previsão. Uma derrapagem de quase € 600.000,00 (seiscentos mil euros). O investimento desceu para os níveis previstos, o que representa um corte brutal na função primordial do Executivo, de investir na melhoria dos equipamentos existentes e na realização de novos equipamentos. A dívida total do Município excedeu a previsão do Plano de Saneamento Financeiro, em € 1.460.000,00 (um milhão e quatrocentos e sessenta mil euros), atingindo a exorbitante quantia de € 52.903.000,00 (cinquenta e dois milhões novecentos e três mil euros). Concluimos assim que a execução não cumpriu nos pontos fundamentais de controlo das despesas e do nível de endividamento. Os pesados custos da estrutura, incluindo os juros, doença crónica que este Executivo criou e não teve coragem para enfrentar de forma drástica, como se impunha, são um bloqueio ao progresso, um estrangulamento das nossas capacidades de desenvolvimento. Estamos perante uma realidade que tem de preocupar todos aqueles que acompanham de forma responsável a vida do nosso Município. Até ao final do Plano, no ano de 2020, teremos gasto € 18.000.000,00 (dezoito milhões de euros) em Custos e Perdas Financeiras. Quanta obra poderíamos fazer com este dinheiro, quanta obra as Juntas de Freguesia poderiam realizar, quanto investimento poderia alavancar junto do dinâmico e*

*forte movimento associativo do concelho. O que é que se construiu no nosso Município, de tão importante e premente, de tão estruturante, para além da via do Nordeste e das Vias Estruturantes da Cidade, que possa justificar tão pesada herança para os nossos filhos? Por que não fizemos o saneamento, o abastecimento de água, as infra-estruturas industriais? Ficaré sempre a certeza ou pelo menos a dúvida sobre a oportunidade e o critério das opções de investimento que foram tomadas ao longo dos tempos. Todos sabemos que o poder político é efémero. Uns chegam, outros partem, numa saudável alternância que é também alimento da democracia. Os mandatos autárquicos duram quatro anos. Questiono-me muitas vezes se será aceitável que um Executivo, aqui ou noutra lado qualquer, possa criar responsabilidades para os Munícipes que vão tanto para além da duração do seu mandato, que não sejam para a realização de obras de excepcional envergadura e impacto nas populações, neste caso aprovadas por maioria qualificada da Assembleia Municipal. =====*

*===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento do referido documento.*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Terminada a Ordem de Trabalhos, vamos entrar no período destinado ao Público. =====*

*=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores António Rodrigues, Orlando Brandão, Roma Resende, Leonel Martins, Alcina Soares e Elisabete Brandão. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Rodrigues, residente no lugar das Baralhas, freguesia de Ossela. ==*

*===== Boa noite. Eu sou o porta-voz do movimento para a unificação do lugar das Baralhas e estamos hoje aqui porque há um ano atrás foi-nos prometido por esta Assembleia e pelo Senhor Presidente da Câmara uma resposta sobre a unificação do lugar das Baralhas. Até este momento essa resposta nunca nos foi transmitida. Penso que é a altura do Senhor Presidente da Assembleia e do Senhor Presidente da Câmara ganharem coragem e dizerem a esta gente das Baralhas, por esta via do diálogo, que nunca irão conseguir a tão ambicionada unificação. Queremos também dizer que o processo de unificação do Lugar das Baralhas é um problema de justiça social e que caso fosse tratado por gente de bom senso já estaria resolvido há muitos anos. Ao Senhor Deputado Senhor Hermínio Loureiro, aproveitamos para lhe dizer que as pessoas das Baralhas são gente humilde, gente séria, honesta e trabalhadora e que merecem mais respeito. As suas afirmações de entendimento entre Juntas já é velha, tem mais de vinte anos e nessa altura a unificação do lugar das Baralhas foi parar ao fundo da gaveta. Pode ter a certeza, Senhor Deputado, que desta vez nós iremos utilizar todos os meios legais ao nosso alcance para que não aconteça o mesmo. Estamos há dois anos à espera que o Senhor faça alguma coisa daquilo que nos prometeu na Assembleia da República. Senhor Deputado, o Senhor sabe que no dia em que der entrada na Assembleia da República um Decreto-Lei para a*

*unificação do lugar das Baralhas o mesmo será aprovado, não digo que será aprovado por unanimidade pois penso que o Senhor se irá abster. Gostaria também de perguntar ao Senhor Presidente da Junta de Ossela o porquê da limpeza da estrada que vai da ponte dos Salgueiros às Baralhas, só acontecendo sempre nos dias seguintes aos órgãos da comunicação social fazerem uma reportagem sobre as Baralhas, foi assim há um ano atrás com uma reportagem do Jornal de Notícias e aconteceu agora com uma reportagem do Jornal Mais Alerta. Será coincidência, Senhor Presidente? Será premeditado ou será pelo Senhor ter medo de alguma coisa? O Senhor disse ao jornal “Mais Alerta” de que a sua posição é “não, até morrer”. Será que o Senhor está a pensar ser Presidente da Junta de Ossela até morrer? E as obras, não foram em parte pagas pelas pessoas das Baralhas? Para finalizar, esta gente das Baralhas gostaria de propor, porque pensamos que estamos a viver num País onde impera a democracia, o seguinte: faça-se um referendo no lugar das Baralhas, em Ossela, sobre a vontade de todas as pessoas: Vale de Cambra ou Oliveira de Azeméis. Se ganhar o voto em Oliveira de Azeméis as pessoas das Baralhas prometem que nunca mais o problema será levantado; se ganhar Vale de Cambra Oliveira que se decida que Baralhas é de Vale de Cambra. Muito boa noite e obrigado. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Orlando Brandão, residente no lugar dos Currais, freguesia de Carregosa. =*

*===== Boa noite. Em Novembro de 2008, e como representante da população do lugar de Currais, foram recebidas cartas emitidas pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis para o pagamento de uma recolha de lixo, recolha de lixo essa incapaz, insuficiente, pois o lixo anda pelas ruas arrastado pelos cães, em sacos de plástico. A recolha é feita semanalmente, uma autêntica vergonha, uma falta de respeito para com as pessoas e para com a população. Em Novembro quando recebi a primeira factura, onde tem datas e certos pontos que não eram do meu conhecimento, como por exemplo um contrato que nunca celebri com ninguém, um número de contador que não existe, um número de instalação que ninguém lá fez, mandei uma carta registada, recebida na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis em 26 de Novembro de 2008. Passados três meses, a Câmara tem a distinta lata de não responder a um Munícipe do seu concelho, uma falta de consideração para com as pessoas e para com a população. Um lugar que não tem água, que não tem saneamento. Nos últimos quatro anos a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis fez no lugar de Currais, em Carregosa, cem metros de estrada alcatroada e no lugar da Vacaria não gastou um cêntimo em qualquer tipo de melhoramentos. Os emigrantes, povo que anda no estrangeiro para enriquecer o nosso País, para dar melhoras e evoluir Portugal, estão a receber a conta para pagarem o lixo e se não conseguirem, porque estão no estrangeiro, pagar dentro dos prazos que estão estipulados têm de pagar juros de mora. Achará bem, Senhor Presidente, os emigrantes ter que pagar uma recolha do lixo no concelho de Oliveira de Azeméis quando estão em França, Suíça ou na América? Eu acho que não. É uma revolta que nos tem juntado e já recolhemos um abaixo-assinado que vamos apresentar na Junta e na Câmara Municipal. Espero que a Câmara se disponha a falar com as pessoas, a resolverem os seus problemas, para isso é que são eleitos e para isso é que as pessoas votam. O meu problema não é político, é um problema de abandono, de falta de infra-estruturas de um lugar que não tem um único sinal de trânsito, curvas de noventa graus sem um sinal a avisar que existe aquela curva, não existem nenhuma infra-estruturas. Cem metros de estrada em quatro anos, em dois lugares, é uma vergonha, uma falta de consideração para com as pessoas. Eu nunca assinei contrato nenhum, nunca se fez lá instalação nenhuma e nunca tive lá contador nenhum. A meu ver esta factura é ilegal, os dados não existem. Espero que haja uma maior abertura da Câmara para resolver o problema, porque três euros e dezoito cêntimos quando é*

*feita a recolha uma única vez por semana, quarta-feira, e os contentores estão a abarrotar, o lixo anda de zorro pelo chão, há fotografias e se for preciso apresentámo-las, acho que é tratar as pessoas não de segunda mas de terceira. A falta de água é um atentado à saúde pública. A água que nós bebemos, quem tem e quem não tem vai pedi-la, não tem qualquer análise, não tem qualquer controle sanitário. Esperamos que todos estes problemas possam ser resolvidos e pedimos uma calendarização da Câmara para o saneamento, água e resolução de todos estes problemas. Da minha parte é tudo o que tenho a dizer. Uma boa noite a todos e obrigado. ===*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Roma Resende, residente nesta cidade. =====*

*===== Boa noite. Tenho que pôr também o telemóvel em cima, porque vou também precisar dele. Na última Assembleia Extraordinária, eu não sei se me fiz entender. Eu fiz uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, quais eram os valores da indemnização aos inquilinos das casas em frente ao Troço 03, acho que é assim que se chama. Não sei se o Senhor Presidente entendeu a minha pergunta, eu gostaria de saber se eu irei ter essa resposta ou não. Senhor Presidente da Assembleia, eu daqui posso fazer alguma intervenção relacionada com Deputados que vieram a este local? =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== O período destinado ao Público é da exclusiva responsabilidade de quem usa da palavra. =====*

*===== O Senhor Roma Resende continuou a sua intervenção: =====*

*===== Esta é para o Prof. Isidro Figueiredo. Gráficos, ninguém gosta de gráficos quando eles não nos são favoráveis, isso é um facto. E o Senhor Prof. referiu, e aí o problema não é os valores do gráfico, mas da praga, o desemprego. O Prof. Isidro ouviu que estávamos em quinto e eu ouvi em oitavo. Eu não ouvi mal, tenho a certeza e em primeiro lugar está a Espanha e o valor 8.1 é correcto. Ao Arqt.º Rosa também gráficos relacionados com água e saneamento... Eu sou oriundo de uma freguesia do género, como vejo, de Carregosa. Sou oriundo de S. Martinho da Gândara e saneamento zero, água zero. O Senhor Presidente da Junta de certeza que pode justificar ou atestar de que eu não estou a faltar à verdade. A água dos poços, se não estão 100% direi que 90% estão inquinados. Eu próprio mandei analisar a água do poço da minha mãe e a análise acusa elementos fecais, imprópria para consumo, não para beber, e está relacionado com as fossas próximas dos poços, as vacarias. O problema é a água passar no Alto do Adão e que por gravidade abastecia S. Martinho da Gândara e não tem. É um problema grave, o problema não é nos gráficos, é na inexistência de água potável e saneamento. Sobre o telemóvel, eu estava à espera que o Quim Barreiros me ligasse, ele tem umas músicas giras. Eu já fiz este reparo numa das Assembleias, no antigo Salão Nobre. As pessoas devem ter o cuidado, quando entram, desde até as conversas entre os Deputados e os telemóveis. Podem vir de telemóvel, trazem um auricular, desligam ou então são obrigados à entrada deixar o telemóvel. Eu acho que é um desrespeito para quem quer assistir com atenção, constantemente estar o telemóvel a toca. Sugiro um grande cartaz, ou neste em flash a vermelho a dizer “desligue o telemóvel”. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

=====  
*Concordo em absoluto com essa questão do telemóvel. Eu acho que há agora um novo mecanismo que num certo local retira o sinal a todos os telemóveis. Não sei quanto é que custa, mas se calhar vale a pena pensar nisso.* =====

=====  
*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Leonel Martins, residente nesta cidade.* =====

=====  
*Boa noite a todos os presentes. Um pormenor que levantaram aqui, creio que foi o Eng.º Joaquim Jorge que falou, sobre a cultura democrática e eu sobre isso queria dar mais algumas achegas. Cultura democrática é, por exemplo, nós respeitarmos um ao outro independentemente da ideologia política que seja; é sabermos ouvir o que o outro diz; é sabermos admitir que erramos, que não somos perfeitos e é aceitarmos as sugestões dos outros quando elas são válidas. Uma outra coisa de que eu gostava de falar, embora digam que não é o local próprio para falar, que é falar sobre La-Salette. É importante levar as pessoas até La-Salette, não interessa ter uma La-Salette muito bonita se as pessoas não forem lá. E aqui levanta-se um outro problema que é o acesso a La-Salette, que eu já falei aqui muitas vezes, o Dr. Vieira Dias também já falou na questão. Eu sei perfeitamente que a construção de um passeio de raiz será uma obra a médio/longo prazo, porque implica o levantamento do piso, meter saneamento etc., mas eu apresentei aqui uma sugestão para curto prazo, que foi na impossibilidade de se fazer um passeio se pintasse no chão, que não custa nada, uma linha amarela, uma passagem para os peões. Partindo do princípio que não aceitam a minha sugestão como válida, pergunto à Câmara: Qual é a alternativa? É preciso fazer alguma coisa. Eu acho que não é preciso que alguém seja atropelado naquela zona para depois se tomar medidas. Se vêem que a minha sugestão não é válida, vejam se encontrem, acho que já são muitos anos sempre a falar na mesma coisa, na necessidade de uma via pedonal para lá. Uma outra questão também relacionada com o Parque, desculpem lá, eu acho que o Parque está degradado. Eu conheço o Parque há muitos anos e tenho essa noção, por exemplo aquela parte do miradouro, em que colocaram umas árvores abaixo, tiraram de lá os bancos, por uma questão de segurança e depois não fizeram mais nada. É uma entrada que está despida. Outro pormenor é a piscina, é a única piscina municipal que nós temos, é uma piscina que está degradada, nunca foi feito um trabalho de fundo, os trabalhos limitam-se a pequenas pinturas. Está a aproximar-se o Verão, o tempo passa rapidamente e eu gostava de saber se é objectivo da Câmara, eu falo da Câmara porque quem anda lá a trabalhar são os funcionários da Câmara e quem abona, quem dá nota para lá é a Câmara, embora haja a Fundação La-Salette, reabrir a piscina no período de Verão e se pensam fazer obras de fundo para dar o mínimo de qualidade aos frequentadores da piscina. Eu recebi uma carta a dar resposta a algumas questões colocadas por mim nas Assembleias. Em relação ao fontanário em frente à Igreja eu tenho de congratular-me, eu e outras pessoas já tínhamos alertado para a necessidade de recuperar o fontanário, está bonito, mas eu acho que aqueles repuxos não estão adaptados à obra em si, à época. Depois uma outra resposta foi em relação ao Troço 03, o piso. Eu bem sei que falta acabar aquilo, que ainda vão construir, mas eu continuou a dizer que não custava nada colocar lá um pouco de terra. Em relação à luz, eu acho que é importante a colocação de iluminação naquele troço. O troço que foi feito agora peca do mesmo problema, que é aquele lá em baixo, que dá do Pingo Doce para o outro lado. Em relação à pedonização da Rua Velha de Santo António, dizem que foi entregue uma candidatura ao QREN, mas isto implica novamente um médio/longo prazo e eu volto a insistir na minha proposta a curto prazo, não custa nada, é no início da rua colocar lá uma placa com limite de velocidade e a dar prioridade aos peões, porque as pessoas vão pelo meio da estrada. É apenas isso, nada mais. Esta rua que vai ligar ao campo de jogos, eu acho que ao*

*princípio quando foi feita foi para funcionar como zona pedonal. Não foi? Mas podem passar os carros, o problema é o estado do piso e depois também não tem luz. Há muita gente à noite que caminha e que fazia antigamente o circuito, iam pelo outro lado e subiam o modelo e vice-versa e agora chegam ao modelo e voltam atrás porque o piso está degradadíssimo e não há luz. A minha sugestão era mais uma vez a colocação de terra e luz. Outra coisa de que falei há tempos, os quadros informativos, se foram de borla que venham muitos, mas se aquilo custou dinheiro acho que eles não estão a ser aproveitados. São de carácter informativo e eu acho que eles não estão a funcionar nessa vertente. Agora já apareceu o evento que vai ser realizado com o Paulo de Carvalho, mas o último evento “Os cem anos da exposição dos caminhos-de-ferro”, cuja exposição tinha acabado no dia 21 de Dezembro e no dia 25 de Dezembro ainda passava a divulgação desse evento. E depois daí houve um vazio e depois apareceu o Paulo de Carvalho, mas pelo meio houve muitas coisas, por exemplo: duas Assembleias Municipais e nenhuma delas foram divulgadas. Reparem que neste momento só há um jornal a funcionar em Oliveira de Azeméis, “O Correio de Azeméis” a quem é participado a realização das Assembleias Municipais. Há outro “Mais Alerta”, mas não dizem nada. Não custava nada divulgar no placard a realização da Assembleia Municipal. Tivemos também o Carnaval, o “Roscas” que podiam ser divulgados, os placards poderia ter um carácter mais informativo. Já chega? Eu continuo depois na próxima Assembleia. Tudo bem. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Senhor Prof., as suas intervenções são todas escutadas com atenção e eu peço sempre a atenção dos Membros da Assembleia Municipal e são tratadas com a dignidade que merecem, aliás como vê a resposta que eu próprio proporciono a todas as intervenções do Público. Eu faço isso, é uma obrigação e faço-o com gosto e apelo às pessoas para participarem o mais possível. Não leve a mal e peço mais uma vez aos Membros da Assembleia Municipal para respeitarem todas as intervenções do Público, mesmo aquelas de que nós não gostamos, mas quando nós somos eleitos é para isto mesmo, no exercício das funções públicas, temos que saber compreender e escutar com atenção. Senhor Prof. se quiser terminar, faça o favor. =====*

*===== O Senhor Prof. Leonel Martins continuou a sua intervenção: =====*

*===== Em Santo António colocaram piso novo e esqueceram-se de pintar as duas passadeiras que estão junto aos semáforos, uma quem vai para o Hospital e outra para as Barrocas. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Alcina Soares, residente no lugar das Baralhas, freguesia de Ossela. =====*

*===== Boa noite. Peço desculpa por ser uma pessoa tão pequenina e não ter palavras caras para vos dirigir, mas desde já agradeço que me tivessem dado a palavra. Há aqui pessoas que estão cansadas de virem aqui falar sobre Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis. Eu, pelo contrário, estou cansada de nunca ter falado. Como agora tive oportunidade de ter passado pela rua e ter sido fotografada para uma brincadeira de Carnaval, que eu acho muito giro, desculpe Senhor José, que eu acho que é a única pessoa que eu conheço aqui verdadeiramente, ou seja, já tive o prazer de trabalhar na mesma fábrica com o Senhor José, embora pequenina, que continuo a ser pequenina e este ano de 2009 comecei por me identificar como “Boné”. Eu trouxe-o, porque ele vai servir para alguma coisa. Eu só vou falar cinco minutos, porque estão*

peessoas aqui muito cansadas, realmente. Eu quero aqui dizer uma coisa sobre o nunca eu ter falado. É que nunca me disse grande respeito, nunca me interessou muito, mas hoje já tenho uma neta, estou com 53 anos e o meu marido faz 54 hoje. Eu tenho uma neta, então eu venho pedir aqui um futuro para a minha neta e para os netos de toda a gente que aqui está e o futuro não quer dizer que seja só Vale de Cambra que o dê. Eu vou dizer aqui uma coisa a todos os senhores: eu sou uma pessoa que fui criada sem pais, mas nunca tive o privilégio de ser adoptada, porque eu tinha pais escritos e então nunca fui perflhada. Mas no lugar onde eu moro eu fui perflhada por Vale de Cambra. Quando eu comprei a minha casa lá naquele lugar, foi-me posta luz em nome do meu sogro por Vale de Cambra, foram eles que iluminaram a minha casa, foram eles que contribuíram para tudo gratuitamente. Eu só dou quando lá vem o Padre, porque eu quero. Mas tenho dois imóveis, pelos quais estou a pagar contribuições como qualquer cidadão. Este ano que passou, foi um ano de chuva e eu agora estou aqui de sapatinhos, até estou à rasca dos meus pés, mas todos os dias eu tive de calçar botins para passar de minha casa até à partilha de Vale de Cambra, tive de passar de botins seis vezes ao dia para ir fazer algum trabalho, para ir ganhar o meu pão, que foi sempre ganho em Vale de Cambra, mas isso a gente pode ganhar o nosso pão aonde quisermos, também fui ganhar lá para fora, para o estrangeiro porque tive um homem que infelizmente não teve saúde para me sustentar e eu tive sempre de vestir as calças do meu marido. Eu tenho a quarta classe enferrujada e esta semana foram-nos meter areia nos olhos, fazer a recolha das silvas que não é só para nós, é para a freguesia de Ossela inteira, que está lá a ser servida por Vale de Cambra, tem trabalhadores de Vale de Cambra. E a estrada, os automóveis que lá passam, a rodoviária já lá não quer passar para recolher as pessoas, as pessoas têm de ir de carros, porque os carros andam ali as “sss” naquela estrada, aquilo é uma vergonha. Há um bocado foi aqui falado por aquele Senhor, que vi hoje pela primeira vez como muitos de vós, quase todos, porque nunca andei por estas casas, mas gostei de ouvir, não só por causa das Baralhas, mas também do Parque de La-Salette e outras coisas. Gostei, sim Senhor, sou uma pessoa um bocadinho antiquada, mas gostei. Sou pequena, mas gosto também de ouvir os grandes e gostava que me ouvissem para o futuro e que dêem um bocadinho de voz a todos, Valecambrenses ou Oliveirenses para mim não me interessa, eu não sou fanática, sou católica, vou à Igreja mas não sou fanática, nem tenho nada contra as outras religiões e aqui está-se a falar nisso porque está-se a falar numa política de Vale de Cambra e Oliveira. O que eu gostava de ver para a minha neta, ou se tiver mais e para todos, era que aquele lugar fosse digno de ter as pessoas que lá tem, que vêm pagar as contribuições, que estão a pagar o lixo que nem sequer é recolhido. Aquele Senhor ainda disse que os emigrantes estão a pagar e não estão cá, mas nós não, nós pagamos lixo que está a ser recolhido por uma empresa de Vale de Cambra. A minha cabeça é um livro e agora falta-me muita memória, infelizmente já tenho muita perda de memória, mas ainda não perdi a memória Senhor José de há vinte e oito anos, o Senhor no Martins e Rebelo, na parte que fazia de escritório, eu fui lá nem sei porquê e o Senhor José lembrou-me que iria fazer umas obras num caminho que se tornou público e aquilo era do meu sogro, que Deus o tenha. Também ficou lá aquela partezinha, fizeram dela pública, se calhar cinquenta metros, não sei bem, mas o que é certo é que naquela altura o Senhor José falou-me que iria lá pôr paralelos porque o alcatrão não ficava lá bem, porque eu tinha uma ramada e essa ramada iria picar o alcatrão. O Senhor José escusa-se de rir porque eu tenho a memória fraca mas eu lembro-me, o Senhor José já nesse tempo era Presidente em Ossela. Não sei se estou a pecar, se foi há vinte e oito anos ou vinte e sete, anda por aí, eu nunca registei nada mas pelo tempo que eu saí da fábrica acho que deve ser mais ou menos esse tempo. Até hoje Senhor José, eu fui para o estrangeiro e tudo o que eu encontrei e o que as pessoas me disseram quando me telefonavam era de que andavam a colocar lá alcatrão aonde queriam e aonde não queriam na véspera das

*eleições. Ora, uma parte da parede da minha casa tinha tosca e o que lá fizeram foi rasgar a tosca e deixar a entrada com mais de meio metro para subir, que eu depois para subir para casa quando vim obriguei-me a fazer um degrau da parte de fora. As pessoas disseram-me que eu não podia fazer lá o degrau, até pelos meus familiares, porque o caminho era público, pois é, mas eu naquele tempo tinha uma velhinha que me tinha criado e tinha 95 anos e vivia em minha casa, quando eu vim do estrangeiro ela veio para lá e morreu lá com 96 anos. E eu para ela subir e para mim, como também para qualquer uma pessoa, tive de fazer dois degraus para poder entrar na minha propriedade. O Senhor compreende agora a minha revolta? Todos vós podeis compreender o que é a revolta de uma pessoa que paga as contribuições e que não é servida como as outras pessoas? Sou pequenina sim, mas sou cidadã. Eu vou votar a Vale de Cambra, porque foram eles que me perfilharam. Compreende, Senhor José? Não é dizer não, não e não. Já vi que o tempo esgotou e eu não peço mais, pois está tudo dito. Além dos degraus, colocaram-me a ramada abaixo, acho que foi um familiar meu qualquer que disse que dera ordem, mas eu não passei procuração a ninguém e se eu não estava cá ninguém tinha o direito de mexer sem minha autorização, porque eu até tinha dito aos meus familiares que se um dia aquele caminho fosse arranjado que até daria dinheiro, mas se lá fizessem o saneamento para os moradores todos, incluindo eu, tanto que fiz outra casa que nem sequer tem caminho público para lá, estou a ser servida por um caminho particular. Por isso, meus Senhores aqui está o meu boné para pedir esmola para os meus netos. Entendam-se, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis, não façam guerra, pois não estamos em tempo de guerra. Façam as obras como deve ser e não comecem só por tirar as silvas, porque a estrada está uma vergonha, apesar de levar botins eu era sempre encharcada pelos carros que passavam, ficava toda molhada e tinha que mudar de roupa sempre que vinha a casa. Muito obrigado pela atenção. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Elisabete Brandão, residente no lugar de Currais, freguesia de Carregosa. =*

*===== Boa noite. É de lamentar o que nós estamos a assistir hoje, pois já vieram aqui cinco pessoas falar e todas falaram mal de como estão a dirigir o nosso concelho. Falaram sobre o saneamento e eu venho falar sobre o lixo. Eu sou de Currais e no lugar temos três contentores do lixo para sessenta casas, em cada casa vive mais do que uma pessoa, agora façam a média do lixo que cada um faz, e a recolha é feita uma vez por semana. É de referir que são sessenta casas, com três contentores do lixo. Que higiene, que condições é que nós temos onde estamos a viver, que é Currais, Carregosa? O nome do nosso lugar quase que está a dizer o que nós estamos a viver lá, que aquilo é um autêntico curral. Os Senhores não vão lá, não sabem, provavelmente nem sabem onde fica. É injusto, até já disseram ao meu pai que não sabiam onde é que isso ficava. O Município devia-se preocupar com todos os Municípios, com toda a sua população e não só com os que têm mais poder, que convém mais aos Senhores. Devem-se preocupar com toda a população. Também foi aqui referido por aquele Senhor do PS, que a recolha não é bem efectuada e eu não percebo como é que o Município do PSD tem a coragem de cobrar € 3,18 de taxa do lixo, quando sabe que a recolha não está a ser bem feita, como já aqui foi referido. Acha justo estarmos a pagar € 3,18 de taxa de lixo, para uma recolha insuficiente, que às vezes nem todas as quartas-feiras vêm e os contentores são lavados de meio em meio ano, quando se lembram. Não é justo. Em Currais, não existe água, nem saneamento. Quem pretende lá fazer casa, que é o meu caso, vai fazer casa para quê? Para não ter saneamento? Para pedir água? Para fazer um furo, tenho que ver que tenho duas casas ao lado, que também precisam de água e não dá para toda a gente. Outro aspecto muito importante a referir, é que os de Carregosa vêm com a devida autorização da Câmara buscar a água a*

*Currais, porque tem lá uma fonte, e os de Currais? Ainda por cima foi anunciada no jornal “Mais Alerta” a situação por que estamos a passar e o Senhor Presidente referiu que era difícil colocar lá saneamento. Então eu pergunto: é mais difícil colocar saneamento em Currais ou em Alvarenga, que pertence a Arouca? Qual o mais difícil? É que uns têm força de vontade e interessam-se em satisfazer a sua população e outros não. Se é difícil em currais, em Alvarenga também era, porque é muito mais a subir. A justificação que o Senhor Presidente deu não é válida, já é gozar com o povo. Depois, o saneamento, se formos construir uma casa temos de fazer fossas, as fossas por vezes deitam cheiro e isso, também continuamos sem condições mínimas. Também foi aqui referido que até se podia avançar com a construção do comboio que possibilitasse uma via mais rápida, como é que estão a pensar modernizar isto se certas terras nem as mínimas condições têm? Só se estão a preocupar com coisas para dizer que são mais do que outros Municípios, o que não é correcto, devem-se preocupar com as condições que temos. Eu queria ver se fosse o Senhor Presidente a morar numa casa, ou quisesse fazer uma casa num sítio onde não tivesse água, saneamento e tivesse que pagar €3,18 de taxa do lixo e quando vai ao contentor tem lixo no chão, cães vadios a arrastar o lixo. A população já reuniu para falar deste assunto e houve um Senhor que disse que tinha que apanhar lixo do seu campo, o que não se justifica em pleno século XXI, isso parece quase a gozar com a cara do povo. E ainda por cima a fazer estas reuniões para as pessoas virem aqui dizer o que está a acontecer, para já acho incorrecto dizer que não conhece o lugar, porque têm o dever de conhecer o lugar. Já foi dirigida uma carta registada à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis sobre a existência de umas pedreiras em Currais. Nessas pedreiras colocam fogo muito forte o que faz com que se abram fissuras nas casas, há diversas casas feitas há pouco tempo com fissuras. Foi realizado um abaixo-assinado com todos os moradores de Currais e a Câmara Municipal disse que não tinha responsabilidade nenhuma por isso. A Câmara Municipal diz que não tem nenhuma responsabilidade por isso, tem que fazer a recolha do lixo porque é obrigatório e não faz, o saneamento é difícil de fazer assim como o abastecimento da água, então que condições são as que nós temos? Esta é a pergunta que eu faço ao Senhor Presidente e o Senhor devia arranjar um tempinho para visitar toda a população de Currais. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Só dar nota do seguinte: eu não chamei a atenção há pouco, não tem mal nenhum mas é para cumprir, estamos no exercício de funções públicas, a Assembleia tem um Regimento e tem legislação que enquadra e, portanto, não é permitido bater palmas. Peço alguma contenção, eu percebo porque é que batem palmas. Não levem a mal, mas é uma questão de cumprirmos as regras de funcionamento da nossa Assembleia Municipal. Eu vou só dar um esclarecimento ao Senhor António Rodrigues e aproveito também a oportunidade para o fazer publicamente, porque se calhar um dos problemas relativamente a algumas destas matérias que aqui foram faladas é falta de conhecimento. Eu promovi uma reunião na Câmara Municipal de Vale de Cambra, entre o Senhor Eng.º José Bastos, o Senhor Ápio Assunção e o Dr. Adérito Campos, na Câmara Municipal de Vale de Cambra, para falar sobre este assunto. E disse bem aquilo que já tinha dito, aquilo que o Senhor falou, na Assembleia da República. E repare, o Senhor acabou na sua intervenção de falar na necessidade de ter um Decreto-Lei. Agora repare, e é bom que tenhamos todos a noção do que estamos a falar, a instrução de um processo como este tem que passar por vários patamares e por vários Órgãos de decisão e também há-de passar por esta Assembleia Municipal, mas não pode começar nesta Assembleia Municipal. Isto tem que começar nas Assembleias de Freguesia e nas Juntas de Freguesia a que diz respeito e depois vai à reunião do Executivo da Câmara Municipal e só depois é que vem à Assembleia*

*Municipal. Este é o último Órgão a tomar decisão sobre esta matéria, não podemos começar a discutir a casa pelo telhado. Nós estamos sempre disponíveis para falar com toda a gente. Eu agradeço a forma como fizeram aqui as vossas intervenções, como apresentaram os vossos pontos de vista, mas não podemos começar a construir a casa pelo telhado. Da minha parte continua a haver abertura e boa vontade para encontrar a melhor solução, agora não é aqui, é nos locais próprios e é nas Assembleias de Freguesia, nas Juntas de Freguesia, no Executivo Municipal e finalmente nas Assembleias Municipais, não é só numa, é nas duas, e posteriormente em sede da Assembleia da República. Nós não estamos a falar dos limites de freguesia dentro do mesmo concelho, estamos a falar dos limites de freguesia que mexem com os limites do concelho, neste caso com Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra. E não há aqui nenhuma ideia preconcebida. Vamos trabalhar no sentido de encontrar as melhores soluções, mas ouvindo e seguindo os passos próprios. Eu quis dar-lhe esta informação pública. =====*

*===== O Senhor António Rodrigues, porta-voz dos moradores das Baralhas, usou novamente da palavra: =====*

*===== Nós estamos há dois anos, não são dois dias, à espera que seja resolvido um problema de forma amigável, de entendimento. A população das Baralhas nunca foi chamada. Eu sei que houve uma reunião e eu e outras pessoas das Baralhas falamos com o Senhor Deputado Hermínio Loureiro em Vale de Cambra, e depois dessa reunião disse-nos que ia marcar uma reunião em que iríamos estar presente e até hoje, há um ano e meio. Posso também dizer que os Deputados da Assembleia da República disseram-nos e disseram publicamente, está em acta, que se o problema não fosse resolvido amigavelmente, lá estariam para resolver o problema. Por isso nós vamos avançar novamente para a Assembleia das República. Era só isso que eu queria dizer. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Sim senhora, fica o esclarecimento e lá será discutida essa matéria. =====*

*===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar esta Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia disse: =====*

*===== Muito obrigado a todos por esta longa Assembleia Municipal e um agradecimento especial ao Público que hoje aqui esteve em grande número. Boa noite a todos. =====*

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 22h, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. ==*